

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ nº 04.149.454/0001-80

NIRE 353.001.819.48

**MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
S.A.**

DATA: 17 DE ABRIL DE 2025

HORÁRIO: 14:30

APRESENTAÇÃO

O presente Manual de Participação dos Acionistas ("**Manual**") tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações a V. Sas. acerca das matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária ("**AGO**") da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("**Companhia**"), a ser realizada em 17 de abril de 2025, às 14:30 horas, presencialmente, na sede da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 3º andar.

Assim, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 80**"), Resolução CVM nº 81 de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**Regulamento do Novo Mercado**" e "**B3**", respectivamente), dentre outros normativos, bem como das disposições do estatuto social da Companhia ("**Estatuto**") e recomendações de melhores práticas de governança corporativa, seguem, neste Manual, as informações a respeito dos procedimentos e prazos relativos à AGO, bem como a apresentação da Proposta da Administração ("**Proposta da Administração**") e demais documentos relacionados.

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Instalação da AGO

A AGO instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas da Companhia ("**Acionistas**") representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante publicação de novo edital, instalar-se-á com qualquer número de Acionistas presentes, conforme artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações.

2. Orientação para participação dos Acionistas na AGO

A participação de Acionistas na AGO poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído (observado o disposto nos parágrafos aplicáveis do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações), ou por meio de Boletim de Voto a Distância ("**BVD**").

2.1. Participação presencial - pessoalmente ou mediante procurador

Os Acionistas que optarem por participar da AGO (pessoalmente ou mediante procurador) deverão apresentar-se na reunião portando comprovante atualizado de titularidade das ações escriturais de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária nos últimos 03 (três) dias anteriores à realização da AGO, bem como os documentos abaixo elencados. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, solicita-se aos Acionistas da Companhia o envio dos documentos, ao e-mail votoadistancia@ecorodovias.com.br com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a contar da hora marcada para a realização da AGO.

- (a) pessoas físicas:** documento de identificação com foto (*i.e.*: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecida) do Acionista;
- (b) pessoas jurídicas:** cópia autenticada do último estatuto e/ou contrato social consolidado, conforme o caso, e da documentação societária outorgando/comprovando poderes de representação de tal pessoa jurídica (*i.e.*: ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identidade com foto (*i.e.*: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) do(s) representante(s) legal(is); e
- (c) fundos de investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto e/ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (*i.e.*: ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto (*i.e.*: RG, RNE, CNH, passaporte e/ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) do(s) representante(s) legal(is) presentes.

Não obstante o disposto acima, os Acionistas que comparecerem presencialmente à AGO munidos de tais documentos válidos, até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos, poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente.

Aos Acionistas que forem representados por meio de procuração, deverá ser apresentado o instrumento de mandato outorgado nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Aos Acionistas que se farão representar por meio de procuração, informamos que a Companhia exigirá o reconhecimento de firma das procurações assinadas no território brasileiro e a tradução juramentada, notarização e apostilamento daquelas assinadas fora do país.

Juntamente com a procuração, cada Acionista que não for pessoa física (ou que não assinar a procuração em seu próprio nome), deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário de tal instrumento de mandato para representá-lo.

A Companhia examinará a procuração e os documentos comprobatórios de representação acima mencionados e, se não puder validar a representação com base nos documentos recebidos, poderá não aceitar a procuração para o procurador designado, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 81.

Por fim, conforme entendimento do Colegiado da CVM em reunião realizada em 04 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ 2014/3578) e refletido no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados na AGO por meio de seus representantes legais ou por meio de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade representada e conforme as regras do Código Civil ou da Lei das Sociedades por Ações, a depender do tipo societário do acionista, não sendo necessário que o mandatário seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

2.2. Participação por BVD

O Acionista que resolver exercer o seu direito de voto a distância por meio de BVD deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

2.2.1. Mediante instruções de voto transmitidas pelos Acionistas ao escriturador das ações de emissão da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Itaú Corretora de Valores S.A. ("Itaú"), na qualidade de escriturador das ações da Companhia.

Os Acionistas elegíveis que desejarem utilizar esta opção deverão realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no seguinte endereço:

<https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital>.

2.2.2. Mediante instruções de voto transmitidos pelos Acionistas aos seus respectivos agentes de custódia ou depositário central

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas com instituições e/ou corretoras ("**Agentes de Custódia**") na B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos Acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantém suas posições em custódia ou Central Depositária da B3, conforme o caso.

O Acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do BVD deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia com o qual mantém suas ações em custódia ou Central Depositária da B3, observadas as regras determinadas por tais entidades.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do BVD é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o Acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

Nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 81, o Acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do BVD para seus Agentes de Custódia/Central Depositária da B3 até 04 (quatro) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até às 23h59 do dia **13 de abril de 2025**, inclusive, salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus Agentes de Custódia/ Central Depositária da B3.

A Companhia informa que caso o respectivo Agente de Custódia não preste o serviço de voto a distância o Acionista terá a opção de enviar seu BVD e documentos aplicáveis diretamente à Central Depositária da B3 ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou à própria Companhia, conforme itens 2.2.1 acima e 2.2.3 abaixo, respectivamente. A Companhia não é responsável pela comunicação entre os Acionistas e seus respectivos Agentes de Custódia/Central Depositária da B3.

2.2.3. Mediante envio do BVD preenchido e assinado diretamente à Companhia

Caso os Acionistas queiram encaminhar sua orientação de voto diretamente à Companhia, deverão acessar o *website* de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.ecorodovias.com.br/ri>) ou o *website* da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), imprimir o BVD, preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo.

Na sequência, deverão encaminhar, até às 23h59 do dia **13 de abril de 2025**, o BVD devidamente preenchido, rubricado e assinado para o e-mail votoadistancia@ecorodovias.com.br, em conjunto com os documentos abaixo listados:

- (i) comprovante da instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia (em linha com o disposto no artigo 41 da Lei das Sociedades por Ações) para comprovar sua qualidade de acionista; e
- (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:
 - (a) **pessoa física**: documento de identificação com foto (*i.e.*: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) do Acionista ou de seu representante legal, quando representado por procurador, bem como cópia autenticada do documento que comprove os poderes do signatário;
 - (b) **pessoa jurídica**: documento de identidade com foto (*i.e.*: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) do(s) representante(s) legal(is), bem como cópia autenticada do último estatuto social e/ou contrato social consolidado, conforme o caso, e dos documentos societários que comprovem a representação legal aplicável; e
 - (c) **fundo de investimento**: documento de identidade com foto (*i.e.*: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) do(s) representante(s) legal(is), bem como cópia autenticada do último estatuto social e/ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além dos documentos societários aplicáveis que comprovem a outorga de poderes de representação.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AGO, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bastando o envio de cópia digitalizada das vias originais ou autenticadas de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima, contendo o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos BVDs assinados no território brasileiro e a tradução juramentada, notariação e apostilamento daqueles assinados fora do país.

Observamos que, antes de seu encaminhamento à Companhia, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa. As

respectivas traduções juramentadas deverão ser registradas no correspondente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto na legislação aplicável.

Em até 03 (três) dias contados do recebimento das vias físicas dos referidos documentos, a Companhia informará os Acionistas, por meio do endereço eletrônico indicado pelos Acionistas nos respectivos BVDs, a respeito do recebimento dos documentos e de sua aceitação ou necessidade de correção/complementação.

Eventuais BVDs recepcionados pela Companhia após às 23h59 do dia **13 de abril de 2025** serão desconsiderados.

Indicação de candidatos ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Acionistas da Companhia titulares de 1,0% (um por cento) de ações de emissão da Companhia com direito a voto poderão incluir candidatos ao Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal no BVD no prazo de até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da AGO, isto é, até às 23h59 do dia **23 de março de 2025**, nos termos do artigo 37 da Resolução CVM 81 ("**Solicitação de Inclusão**").

A Solicitação de Inclusão deverá ser realizada por escrito e encaminhada ao endereço de e-mail votodistancia@ecorodovias.com.br. O Acionista deverá atender as exigências aplicáveis à redação do BVD (artigos 32 e 38 da Resolução CVM 81) e apresentar, no mínimo, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência com relação aos candidatos indicados, nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 81.

A Companhia se resguarda o direito de, após o recebimento da Solicitação de Inclusão e da análise inicial das informações encaminhadas pelos Acionistas, a qual será realizada dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, solicitar a apresentação de informações adicionais ou retificação de informações prestadas em desacordo com o previsto na regulamentação e legislação aplicáveis. Em qualquer cenário de exigências apresentadas por parte da Companhia, a regularização das informações deve ocorrer até às 23h59 do dia **23 de março de 2025**. Eventuais regularizações de Solicitações de Inclusão recepcionados pela Companhia após esse prazo serão desconsideradas.

Ao proceder à indicação de candidatos a membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal, os Acionistas da Companhia devem, além de apresentar toda a documentação comprobatória pertinente, estar atentos ao disposto:

- (a) no artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações, que estabelece que somente podem ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no país, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal;

- (b) no artigo 147, §§ 1º ao 3º, da Lei das Sociedades por Ações, que estabelece que somente poderão ser eleitos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal aqueles que não estiverem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; não tiverem sido condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que os tornem inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta; atenderem ao requisito de reputação ilibada; e não ocupem cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenham, nem representem interesse conflitante com o da Companhia; e
- (c) disposto no §2º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal os membros de órgãos de administração e empregados da Companhia ou de controladas ou do mesmo grupo econômico, nem cônjuge ou parente, até terceiro grau, de quaisquer dos administradores Companhia.

A Companhia ressalta que a indicação de candidatos ao Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal por Acionistas pode ser realizada a qualquer momento até a conclusão da AGO. No entanto, a fim de promover adequada publicidade a seus Acionistas sobre os candidatos eventualmente indicados, a Companhia encoraja os Acionistas a realizarem a indicações com a maior antecedência possível.

3. Impedimentos de Voto e Conflito de Interesses:

Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, o Acionista não poderá votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Havendo alegação por qualquer dos Acionistas presentes sobre suposto conflito de interesse de Acionista que o impeça de votar na Assembleia Geral, ou, ainda, sobre a ocorrência de outra hipótese legal de impedimento de voto, e não tendo o próprio Acionista declarado seu impedimento, a mesa da Assembleia Geral deverá suspender a deliberação para ouvir e receber tal alegação, juntamente com eventual manifestação contrária do Acionista em questão, antes de colocar a matéria em votação. O próprio presidente da mesa da Assembleia Geral poderá, em constatando um possível impedimento de voto, solicitar ao Acionista esclarecimento sobre a situação, antes de colocar a matéria em votação.

Em linha com o entendimento da CVM no âmbito do Processo CVM nº RJ2009/13179 e refletido no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, em situações em que o impedimento de voto seja inequívoco e o acionista não se abstenha de votar, o presidente da mesa tem o poder

de declarar tal impedimento, não lhe sendo facultado impedir o voto em outras situações, sem prejuízo das disposições legais sobre a eventual anulabilidade do voto proferido.

4. Esclarecimentos adicionais

Nos termos da Resolução CVM 81, os documentos de interesse dos Acionistas para a participação na AGO estão anexos a este Manual e também disponíveis na sede e no *website* da Companhia (<http://www.ecorodovias.com.br/ri>), bem como nos *websites* da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (<https://www.b3.com.br>).

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ nº 04.149.454/0001-80

NIRE 353.001.819.48

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("**Companhia**") convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("**AGO**"), a ser realizada em 17 de abril de 2025, às 14:30 horas, presencialmente na sede da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 3º andar, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (i)** o exame e a aprovação do Relatório da Administração e das Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (ii)** o exame e a aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (iii)** a aprovação do orçamento de capital para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (iv)** o exame e a aprovação da destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (v)** a fixação do número de assentos no Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato e a eleição de seus membros;
- (vi)** o exame e a aprovação da remuneração global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025; e
- (vii)** a instalação e a eleição de membros para o Conselho Fiscal da Companhia e fixação de sua remuneração.

INFORMAÇÕES GERAIS:

Documentos à disposição dos Acionistas.

O Manual de Participação dos Acionistas, contendo orientações detalhadas para participação na AGO ("**Manual**"), bem como a Proposta da Administração e todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no *website* da Companhia (<http://www.ecorodovias.com.br/ri>), bem como

nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) (www.b3.com.br), conforme previsto na Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), e na Resolução CVM nº 81 de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”).

Participação dos Acionistas na AGO.

A AGO será realizada exclusivamente de forma presencial, em linha com a prática adotada pela Companhia em suas assembleias anteriores. A decisão busca assegurar maior praticidade na organização, custos reduzidos e o pleno engajamento dos acionistas, além de reforçar a transparência e a eficácia das deliberações. Desta forma, poderão participar da AGO ora convocada os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, pessoalmente ou por seus representantes legais ou procuradores, das seguintes formas:

(a) Presencialmente, desde que compareçam à AGO, até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos, munidos dos documentos necessários para a sua participação, ainda que tenham deixado de enviá-los previamente; ou

(b) Via boletim de voto a distância (“BVD”) nos termos da Resolução CVM 81, a qual permite que os Acionistas enviem seus BVDs por meio de seus respectivos Agentes de Custódia, da Central Depositária da B3, do Escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do Manual e do BVD.

Os Acionistas pessoas físicas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Por fim, conforme entendimento do Colegiado da CVM em reunião realizada em 04 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ 2014/3578) e refletido no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados na AGO por meio de seus representantes legais ou por meio de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade representada e conforme as regras do Código Civil ou da Lei das Sociedades por Ações, a depender do tipo societário do acionista, não sendo necessário que o mandatário seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

Apresentação dos Documentos para Participação Presencial na AGO.

Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, solicita-se aos Acionistas da Companhia o envio dos documentos necessários à sua participação, a saber, (a) documento de identidade, (b) o comprovante de titularidade de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária; e, se for o caso, (c) instrumentos de mandato para representação do Acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das

Sociedades por Ações ao e-mail votoadistancia@ecorodovias.com.br, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a contar da hora marcada para a realização da AGO.

Não obstante o disposto acima, os Acionistas que comparecerem presencialmente à AGO munidos de tais documentos válidos, até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos, poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AGO, dispensará a necessidade de envio das vias originais dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bastando o envio de cópia digitalizada das vias originais ou autenticadas de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima, contendo o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista.

Apresentação de Documentos para Participação à Distância na AGO.

Os BVDs poderão ser enviados pelos Acionistas por meio de seus respectivos Agentes de Custódia, da Central Depositária da B3, do Escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, procedimentos previstos na Resolução CVM 81, no BVD e no Manual.

Para os efeitos do que dispõem o artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações e a Resolução CVM nº 70 de 22 de março de 2022, conforme alterada, em atendimento ao artigo 5º, I, da Resolução CVM 81, informamos que o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). A faculdade para requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverá ser exercida até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGO.

Nos termos do artigo 5º, I-A, da Resolução CVM 81, informamos que o percentual mínimo do capital votante para solicitação de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento).

Indicação de candidatos ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Acionistas da Companhia titulares de 1,0% (um por cento) de ações de emissão da Companhia com direito a voto poderão incluir candidatos ao Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal no BVD no prazo de até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da AGO, isto é, até às 23h59 do dia **23 de março de 2025**, nos termos do artigo 37 da Resolução CVM 81 ("**Solicitação de Inclusão**").

A Solicitação de Inclusão deverá ser realizada por escrito e encaminhada ao endereço de e-mail votoadistancia@ecorodovias.com.br. O Acionista deverá atender as exigências aplicáveis à redação do BVD (artigos 32 e 38 da Resolução CVM 81) e apresentar, no mínimo, as

informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência com relação aos candidatos indicados, nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 81.

A Companhia se resguarda o direito de, após o recebimento da Solicitação de Inclusão e da análise inicial das informações encaminhadas pelos Acionistas, a qual será realizada dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, solicitar a apresentação de informações adicionais ou retificação de informações prestadas em desacordo com o previsto na regulamentação e legislação aplicáveis. Em qualquer cenário de exigências apresentadas por parte da Companhia, a regularização das informações deve ocorrer até às 23h59 do dia **23 de março de 2025**. Eventuais regularizações de Solicitações de Inclusão recepcionados pela Companhia após esse prazo serão desconsideradas.

Ao proceder à indicação de candidatos a membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal, os Acionistas da Companhia devem, além de apresentar toda a documentação comprobatória pertinente, estar atentos ao disposto:

- (a) no artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações, que estabelece que somente podem ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no país, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal;
- (b) no artigo 147, §§ 1º ao 3º, da Lei das Sociedades por Ações, que estabelece que somente poderão ser eleitos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal aqueles que não estiverem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; não tiverem sido condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que os tornem inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta; atenderem ao requisito de reputação ilibada; e não ocupem cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenham, nem representem interesse conflitante com o da Companhia; e
- (c) disposto no §2º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal os membros de órgãos de administração e empregados da Companhia ou de controladas ou do mesmo grupo econômico, nem cônjuge ou parente, até terceiro grau, de quaisquer dos administradores Companhia.

A Companhia ressalta que a indicação de candidatos ao Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal por Acionistas pode ser realizada a qualquer momento até a conclusão da AGO. No entanto, a fim de promover adequada publicidade a seus Acionistas sobre os candidatos eventualmente indicados, a Companhia encoraja os Acionistas a realizarem a indicações com a maior antecedência possível.

Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação à distância na AGO, por meio do envio do respectivo BVD, constam do Manual, que pode ser acessado nos *websites* da Companhia (<https://ri.ecorodovias.com.br>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (www.b3.com.br), e no Ofício Circular/Anual 2024 CVM/SEP.

São Paulo, 18 de março de 2025.

Marco Antônio Cassou

Presidente do Conselho de Administração

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ nº 04.149.454/0001-80

NIRE 353.001.819.48

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E
LOGÍSTICA S.A.**

DATA: 17 DE ABRIL DE 2025

HORÁRIO: 14:30

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("**Companhia**") vem submeter à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 17 de abril de 2025 às 14:30 horas ("**AGO**"), conforme Edital de Convocação a ser publicado nas edições dos dias 19, 20 e 21 de março de 2025 no jornal Valor Econômico ("**Edital de Convocação**"), a Proposta da Administração ("**Proposta**") a seguir descrita.

(a) o exame e a aprovação do Relatório da Administração e das Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

A administração da Companhia ("**Administração**") submete à apreciação dos acionistas da Companhia ("**Acionistas**"), o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como as Contas dos Administradores também relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A Administração recomenda a V. Sas. que examinem detalhadamente o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e as Contas dos Administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, disponibilizados à consulta de V. Sas. em 18 de março de 2025, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 80**"), artigo 10 da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), na sede da Companhia e nos *websites* da Companhia (<https://ri.ecorodovias.com.br>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

(b) o exame e a aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

A Administração da Companhia submete à apreciação dos Acionistas as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Vale notar que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., empresa especializada de auditoria independente da Companhia, emitiu relatório sem ressalvas a respeito das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e o Comitê de Auditoria Estatutário

e o Conselho Fiscal indicaram que as demonstrações financeiras auditadas estão em condições para serem apresentadas à AGO para deliberação.

A Administração recomenda a V. Sas. que examinem detalhadamente as Demonstrações Financeiras da Companhia, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, disponibilizados à consulta de V. Sas. em 18 de março de 2025, nos *websites* da Companhia (<https://ri.ecorodovias.com.br>), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e publicados, em 19 de março de 2025, no Jornal Valor Econômico.

De acordo com o disposto no artigo 10 da Resolução CVM 81, a Companhia informa aos Acionistas que: (i) a cópia das Demonstrações Financeiras, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal estão disponíveis no **Anexo I** a esta Proposta; e (ii) os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, estão disponíveis no **Anexo II** a esta Proposta.

(c) a aprovação do orçamento de capital para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025:

Nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral pode deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício para execução de Orçamento de Capital por ela previamente aprovado. Conforme autorização legal, o Orçamento de Capital pode ser aprovado pela Assembleia Geral que deliberar a respeito das demonstrações financeiras do exercício.

Nesse sentido, a Administração propõe a V. Sas. a aprovação do Orçamento de Capital para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 5.877.322.236,00 (cinco bilhões, oitocentos e setenta e sete milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e trinta e seis reais), para fins do investimento consolidado planejado para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025 nos projetos atualmente detidos pela Companhia e em fase de homologação, conforme documentos constantes do **Anexo III**.

(d) o exame e a aprovação da destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

A Administração da Companhia propõe a V. Sas. que seja consignada a apuração do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 904.096.843,72 (novecentos e quatro milhões, noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos), conforme constante das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, para o qual propõe-se a seguinte destinação:

- (i) constituição de Reserva Legal no montante de R\$ 45.204.842,19 (quarenta e cinco milhões, duzentos e quatro mil, oitocentos e quarenta e dois reais e dezenove centavos), conforme disposto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) declaração de dividendos no montante total de R\$ 214.723.000,38 (duzentos e quatorze milhões, setecentos e vinte e três mil reais e trinta e oito centavos), correspondentes ao dividendo mínimo obrigatório, o qual, se aprovado na AGO, será oportunamente distribuído aos Acionistas, conforme cronograma a ser aprovado pelo Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 205 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (iii) constituição de Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 644.169.001,15 (seiscentos e quarenta e quatro milhões, cento e sessenta e nove mil, um real e quinze centavos), conforme Orçamento de Capital previamente aprovado e nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre esta matéria, por favor, vide documento constante do **Anexo IV** (Destinação do Resultado) à presente Proposta, o qual foi elaborado com base no Anexo A da Resolução CVM 81.

(e) a fixação do número de assentos no Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato e a eleição de seus membros:

A Administração da Companhia propõe, nos termos do artigo 140 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, deliberar sobre o número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia ("**Conselho de Administração**") e a reeleição de seus membros, com mandato unificado com término na data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026.

- (i) Número de assentos a serem preenchidos. A Administração propõe, dentro do limite estabelecido pelo artigo 10 do Estatuto Social, que o número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração para o próximo mandato seja de 9 (nove) conselheiros, sendo 7 (sete) membros efetivos e 2 (dois) membros efetivos e independentes.
- (ii) Eleição em separado. Nos termos do artigo 141, §4º, I da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 81 e da Resolução CVM 80, Acionistas não controladores detentores de ações ordinárias poderão eleger, em votação em separado, membros para o Conselho de Administração. Dessa forma, considerando o requerimento de votação em separado para eleição de um membro do Conselho de Administração e seu respectivo suplente apresentado em 17 de março de 2025, pelos seguintes acionistas minoritários: (i) Primav Infraestrutura S/A; (ii) Cesar Beltrão de Almeida; (iii) Denise Beltrão de Almeida Cassou;

(iv) Marcelo Beltrão de Almeida; e (v) Maria Fernanda Beltrão de Almeida (em conjunto os "**Acionistas Minoritários Primav**"), a Companhia realizará, em primeiro lugar, a votação em separado de membro efetivo do Conselho de Administração e seu respectivo suplente, restrita aos Acionistas minoritários da Companhia que manifestem interesse em participar de tal votação.

Os Acionistas Minoritários Primav apresentaram os seguintes candidatos para votação em separado para posição de membro efetivo e suplente do Conselho de Administração da Companhia:

(A) como membros efetivos: a reeleição do Sr. **EROS GRADOWSKI JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR sob nº 13.817, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.169.641 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 446.765.229-91, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, nº 270, conjuntos 202/206; e

(B) como membro suplente: a reeleição do Sr. **JORGE LUIZ MAZETO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR nº 39.343 e inscrito no CPF/MF nº 514.550.809-34, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua José Izidoro Biazetto, nº 410, Mossunguê, CEP 81.200-240.

(iii) Eleição por chapa. Após a eleição em separado, a Companhia procederá à eleição majoritária dos demais membros efetivos e suplentes de seu Conselho de Administração. A votação será por sistema de chapa, sendo os votos proferidos a uma relação de candidatos já previamente estabelecida. Vale notar que o número de ações detidas por aqueles que optarem pela votação em separado será excluído do cálculo do número de ações votantes para fins da eleição majoritária.

(iv) Reeleição dos membros do Conselho de Administração. Em vista do bom desempenho dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia e com o objetivo de conferir maior estabilidade e a continuidade das iniciativas e ações que vêm sendo tomadas em benefício da Companhia, é proposta a V. Sas. a reeleição dos seguintes membros para o Conselho de Administração da Companhia:

(A) como membros efetivos: (i) Sr. **MARCO ANTÔNIO CASSOU**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 736.826-PR (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 348.548.359-15, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com endereço comercial na Rua General Mario Tourinho, nº 1733 - 9º andar, edifício MAI Work - bairro Campina do Siqueira; (ii) Sr. **BENIAMINO GAVIO**, italiano, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RNE nº G332143-N CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.357.708-47, residente

e domiciliado na Itália, na Cidade de Castelnuovo Scrivia, Província de Alexandria, com escritório na Strada Statale, nº 211, San Guglielmo — 15057, Cidade de Tortona, Província de Alexandria; (iii) Sr. **UMBERTO TOSONI**, italiano, engenheiro, portador do passaporte nº YA0264917, residente e domiciliado na Itália, com escritório na Strada Statale, nº 211, San Guglielmo — 15057, Cidade de Tortona, Província de Alexandria; (iv) Sr. **ALBERTO GARGIONI**, italiano, casado, administrador, portador do Passaporte nº YB2219199, residente e domiciliado na Itália, com escritório na S.S. Della Lomellina 3/13 San Guglielmo — 15057, Cidade de Tortona, Província de Alexandria; (v) Sr. **STEFANO MARIO GIUSEPPE VIVIANO**, italiano, casado, administrador financeiro, portador do Passaporte nº YB6047568, residente e domiciliado na Itália, com escritório na Corso Regina Margherita, 165, 10144, Torino, Itália; e (vi) Sr. **STEFANO MION**, italiano, casado, administrador, portador do Passaporte nº 581604863, residente e domiciliado na Cidade de Nova Iorque, Estado de Nova Iorque, na Rua 151E 85th, CEP 10028, para posição de Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia;

(B) como membros efetivos e independentes nos termos do Regulamento do Novo Mercado: (vii) Sr. **RICARDO BISORDI DE OLIVEIRA LIMA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.789.409-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 085.277.488-51, domiciliado na Rua Diogo Moreira, 132 - 14º andar - conjunto 1409, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05423-010; e (viii) Sra. **SONIA APARECIDA CONSIGLIO**, brasileira, divorciada, jornalista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 15.895.199-2 e inscrita no CPF/MF sob o nº 091.199.808-09, domiciliada na Rua Coronel Lisboa, 600, apto 1503, Vila Mariana, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04020-040; e

(C) como membros suplentes: (ix) Sr. **LUIS MIGUEL DIAS DA SILVA SANTOS**, português, casado, administrador de empresas, portador do Passaporte nº N949795, residente e domiciliado na Praça Mouzinho de Albuquerque 197, 4100-360, Edifício Litografia Lusitana, Porto; Lisboa, Portugal; e (x) Sr. **PAOLO PIERANTONI**, italiano, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RNE nº G327105-C CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.314.748.-95, residente e domiciliado na Itália, na Cidade de Varazze, Província de Savona, com escritório na Strada Statale, 211, San Guglielmo – 15057, Cidade de Tortona, Província de Alexandria.

Todos para um mandato unificado com término na data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. O Conselho de Administração avaliou a declaração de independência apresentada pelo Sr. Ricardo Bisordi de Oliveira Lima e pela Sra. Sonia Aparecida Consiglio e concluiu pelo enquadramento dos referidos candidatos aos requisitos

estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, estando as indicações acima mencionadas em condições de serem deliberadas pela AGO, com recomendação, pelo Conselho de Administração, de aprovação destas indicações.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia que estão indicados à reeleição informaram que estão em condições de firmar a declaração de desimpedimento prevista no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução CVM 80 e nos respectivos termos de posse a serem firmados, caso sejam reeleitos na AGO.

Para mais informações sobre os administradores da Companhia ("**Administradores**"), vide **Anexo V** à presente Proposta, que contempla as informações requeridas pelos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 11, I, da Resolução CVM 81.

É facultado a V. Sas., desde que observados os procedimentos e limites mínimos de participação no capital social, nos termos do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 81 e da Resolução CVM 80, requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição majoritária de membros para compor o Conselho de Administração, desde que o façam com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da data agendada para a realização da AGO.

Caso requerido por Acionistas que representem, no mínimo, de 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 70 de 22 de março de 2022 ("**Resolução CVM 70**") e artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia adotará o procedimento de voto múltiplo. Na eleição de Conselheiros pelo processo de voto múltiplo, alternativamente à eleição por chapas, os candidatos serão votados de forma individual e serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho de Administração a serem eleitos, sendo permitida a cumulação de votos em um só candidato, ou a distribuição entre vários.

Caso seja adotado o procedimento de voto múltiplo, será realizado o cálculo sobre número de votos necessários para garantir a eleição de ao menos 1 (um) membro do Conselho de Administração, com base no número de ações detidas pelos Acionistas presentes na Assembleia e que participarão da votação majoritária.

É facultado a V. Sas. propor outra chapa, ou mesmo candidatos individualmente (no caso de adoção do voto múltiplo e/ou votação em separado), para concorrer aos cargos no Conselho de Administração, nos termos do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 80 e da Resolução CVM 81. Para isso, deverão, juntamente com a proposta a ser apresentada nos termos da regulamentação vigente, encaminhar à Companhia as informações requeridas pelo artigo 11 da Resolução CVM 81, além das declarações de desimpedimento e ausência de conflito de interesses previstas no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e

na Resolução CVM 80, e, especialmente para o candidato indicado ao cargo de Conselheiro Independente, a confirmação do cumprimento dos requisitos definidos no Regulamento do Novo Mercado.

(f) o exame e a aprovação da remuneração global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025:

Para o exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025, a Administração propõe a fixação da remuneração global dos Administradores, até a próxima Assembleia Geral Ordinária destinada a apreciar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025, no valor total de até R\$ 28.477.527,21 (vinte e oito milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, quinhentos e vinte e sete reais e vinte e um centavos).

Tal valor inclui: salário/pró-labore; benefícios diretos e indiretos (*i.e.*: assistência médica, previdência privada e seguro de vida – apenas para diretores); benefícios pós-emprego, calculados em conformidade com o *Pronunciamento Técnico – CPC nº 33 (R1)* e *Resolução CVM nº 110, de 20 de maio de 2022 (i.e.*: valores relativos à previdência privada); remuneração variável; despesas contabilizadas com outorga decorrentes do planos de incentivo de longo prazo vigentes "*Phantom Stock Options*" e "*Phantom Restricted Stock*" da Companhia, calculadas em conformidade com o *Pronunciamento Técnico – CPC nº 10*; e benefícios que sejam atribuídos aos Administradores em razão de eventual destituição, demissão e/ou renúncia ao cargo, ficando a cargo do Conselho de Administração a fixação do montante individual.

Para mais informações sobre a remuneração dos Administradores da Companhia, vide informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência da Companhia, conforme o artigo 13, inciso II, da Resolução CVM 81, nos termos do **Anexo VI** à presente Proposta.

(g) a instalação e eleição de membros para o Conselho Fiscal da Companhia e fixação de sua remuneração:

De acordo com o artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações, toda companhia necessariamente possui um Conselho Fiscal, devendo o Estatuto Social dispor a respeito do funcionamento permanente ou da sua instalação pela Assembleia Geral, a pedido dos Acionistas. Nos termos do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal não tem funcionamento permanente, sendo instalado conforme disposto no artigo 161, §2º da Lei das Sociedades por Ações, pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto.

Por força do disposto no artigo 291 da Lei das Sociedades por Ações, a CVM pode fixar escala reduzindo o percentual mínimo para requerer a instalação do conselho fiscal em função do capital social das companhias abertas. Nesse sentido, a Resolução CVM 70, estabelece o

percentual mínimo de 2% (dois por cento) de ações com direito a voto para que Acionistas solicitem a instalação o conselho fiscal em companhias abertas com capital social acima de R\$ 150.000.000,00, que é o caso da Companhia.

Considerando o requerimento de instalação do Conselho Fiscal e votação em separado para eleição de um membro e seu respectivo suplente apresentado em 17 de março de 2025 pelos Acionistas Minoritários Primav, nos termos do art. 161, §4º, "a", da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia realizará, em primeiro lugar, a votação em separado de membro do Conselho Fiscal, restrita aos Acionistas minoritários da Companhia que manifestem interesse em participar de tal votação.

Os Acionistas Minoritários Primav apresentaram os seguintes candidatos para votação em separado para posição de membro efetivo e suplente do Conselho Fiscal da Companhia:

(A) Membro Efetivo: JOSÉ BOEING, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.666.201 (SSP/SC), e inscrito no CPF sob o nº 571.997.799-68, residente e domiciliado na Cidade de Pinhais, Estado do Paraná, na Avenida Pineville, nº 450 – Casa 111, CEP 83325-585; e

(B) Membro Suplente: JOÃO ALBERTO GOMES BERNACCHIO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.911.129 (SSP/SP) e inscrito no CPF sob o nº 859.699.318-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço, Rua Itacema 291, apt 11, CEP 04530-051, Itaim, *como membro suplente do Sr. José Boeing*.

Após a eleição em separado, a Companhia procederá à eleição majoritária dos demais membros efetivos e suplentes de seu Conselho Fiscal. A votação será por sistema de chapa, sendo os votos proferidos a uma relação de candidatos já previamente estabelecida. Vale notar que o número de ações detidas por aqueles que optarem pela votação em separado será excluído do cálculo do número de ações votantes para fins da eleição majoritária. A administração da Companhia recomenda a eleição da seguinte chapa em votação majoritária:

(A) Membros Efetivos: (a) **SÉRGIO TUFFY SAYEG**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.965.895-5 (SSP/SP), e inscrito no CPF sob o nº 935.221.858-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jacques Félix, nº 685, apto. 181, Vila Nova Conceição, CEP 04509-002; e (b) **PAULO SERGIO ALDRIGHI**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.131.890-0 (SSP/SP) e inscrito no CPF sob o nº 032.144.798-06, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Japão, nº 50, apto. 84, Itaim Bibi, CEP 04530-070; e

(B) Membros Suplentes: (c) **EDUARDO GEORGES CHEHAB**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.231.738-6 (SSP/SP), e inscrito no CPF sob o nº 013.810.648-76, residente e domiciliado na Cidade de Cotia, Estado do São Paulo, na Rua Adib Auada, nº 111, casa 50 – Granja Viana, como membro suplente do Sr. Sérgio Tuffy Sayeg; (b) **JOSÉ DIMAS GURGEL**, brasileiro, casado, tecnólogo, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.563.821-9 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 651.320.848-34, residente e domiciliado na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Rua Brás Cubas, nº 222, apto. 112-C, Vila Lanzara, CEP 07115-030; como membro suplente do Sr. Paulo Sergio Aldrighi.

É facultado a V. Sas. propor outra chapa ou candidatos para concorrer aos cargos no Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 81.

Para isso, deverão, juntamente com a proposta a ser apresentada nos termos da regulamentação vigente, encaminhar à Administração as informações requeridas pelo artigo 11 da Resolução CVM 81, sendo que os candidatos deverão cumprir com os requisitos previstos nos artigos 147 e 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Ressalte-se que as informações requeridas pelo artigo 11 da Resolução CVM 81 com relação aos membros para o Conselho Fiscal indicados estão disponíveis para consulta de V. Sas. no **Anexo V** desta Proposta, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no *website* de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.ecorodovias.com.br/ri>) e no *website* da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

Ainda, a Administração propõe a fixação da remuneração global dos membros do Conselho Fiscal, no valor total de até R\$ 824.680,03 (oitocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta reais e três centavos), em linha com o previsto no artigo 162, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

CONCLUSÃO

Tendo em vista tudo que foi exposto, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a convocação da AGO da Companhia, nos termos da presente Proposta da Administração e seus anexos, e recomenda aos Srs. Acionistas que leiam atentamente toda a documentação posta à sua disposição em relação às deliberações propostas, bem como que as aprovelem em sede de AGO.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ nº 04.149.454/0001-80

NIRE 353.001.819.48

ANEXO I

**CÓPIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES E DO PARECER DO CONSELHO FISCAL**

(conforme artigo 10, incisos II, IV e V, da Resolução CVM 81)

As demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como o relatório dos auditores independentes e Parecer do Conselho Fiscal, encontram-se disponíveis para consulta na sede na Companhia, na página online de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.ecorodovias.com.br/ri>), na página online da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (<https://www.b3.com.br>) desde 18 de março de 2025.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ nº 04.149.454/0001-80

NIRE 353.001.819.48

ANEXO II

**COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA
(CONFORME ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)**

(conforme artigo 10, inciso III, da Resolução CVM 81)

2. Comentários dos Diretores

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia ("**Diretores**") apresentam neste item 2 do Formulário de Referência informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Os Diretores discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. As análises foram construídas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia elaboradas de acordo com os padrões internacionais de contabilidade ("**IFRS**") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("**IASB**") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("**IFRIC**"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("**CPC**") e suas interpretações técnicas ("**ICPC**") e orientações ("**OCPC**"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") e auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para os exercícios de 2024 e 2023.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste formulário de referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de uma linha em relação à receita operacional líquida para os exercícios/períodos em análise, ou em relação ao total do ativo total e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis.

Os diretores descrevem abaixo fatores que mais afetam a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia:

Provisão para redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia contratou uma consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem se os ativos intangíveis apresentam valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2024. O valor em uso das controladas foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC, em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weigthed Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: (a) WACC para concessionárias de rodovia: 12,18% a.a. (15,72% a 41,70% antes dos impostos, de acordo com o fluxo de cada concessionária); e (b) WACC para Ecoporto Santos e Ecopátio: 12,56% a.a. (29,94% antes dos impostos). Com base nos

procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia identificou ajuste da provisão a ser constituído no resultado do exercício no montante de R\$41.512 mil (R\$161.147 mil em 31 de dezembro de 2023) relativo à sua controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Os Diretores informam que os ativos operacionais da Companhia, proporcionaram, de maneira consolidada, forte geração de caixa, possibilitando à Companhia honrar com todos os seus compromissos operacionais e investimentos, encerrando o ano de 2024 com saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras de curto e longo prazo no montante de R\$4.038.441mil, redução de (-11,4)% em relação aos R\$4.560.266 mil de 2023.

A receita líquida consolidada atingiu R\$9.872.372 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, crescimento de 11,6% em relação ao mesmo período de 2023 devido, principalmente ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e início da arrecadação de pedágio pela EcoRioMinas e EcoNoroeste.

O EBITDA Ajustado, excluindo a provisão para manutenção e a provisão para redução ao valor recuperável (não-caixa), foi de R\$4.697.316 mil em 2024, atingindo margem EBITDA Ajustada de 72,9% sobre a receita líquida ajustada.

A EcoRodovias apresentou lucro líquido consolidado de R\$913.451 em 2024, e de R\$596.632 mil em 2023. Excluindo os efeitos da provisão para redução ao valor recuperável e do Processo IPTU do Ecopátio, a Companhia obteve um lucro líquido de R\$981.528 em 2024 e R\$777.154 mil em 2023.

A Companhia apresenta abaixo seus índices de liquidez corrente e de endividamento nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Índice de Liquidez Corrente	31/12/2024	31/12/2023
(Em milhares de Reais- Exceto porcentagem)		
Ativo Circulante	4.726.035	5.185.647
Passivo Circulante	<u>7.054.690</u>	<u>5.279.172</u>

Índice de Liquidez Corrente	0,670	0,982
-----------------------------	-------	-------

Índice de Endividamento	31/12/2024	31/12/2023
(Em milhares de Reais- Exceto porcentagem)		
Passivo Circulante e Não Circulante	25.605.536	22.973.641
<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>3.690.546</u>	<u>2.986.260</u>
Índice de Endividamento	6,938	7,693

A dívida financeira bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$20.034.921 mil, sendo 27,3% no curto prazo e 72,7% no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$17.966.670 mil, sendo 20,3% no curto prazo e 79,7% no longo prazo. Os prazos de vencimento das debêntures e dos empréstimos e financiamentos vigentes tomados pelas empresas de concessão rodoviária estão de acordo e compatíveis com os seus prazos de concessão.

A EcoRodovias encerrou o exercício de 2024 com dívida financeira líquida/EBITDA de 3,55x e o exercício de 2023 com dívida financeira líquida/EBITDA de 3,74x. Considerando o EBITDA Ajustado, excluindo a provisão para manutenção, Custo e Receita de construção, provisão para redução ao valor recuperável e o Processo de IPTU do Ecopátio, o indicador encerrou 2024 em 3,41x e em 2023 em 3,47x.

b. Estrutura de Capital

Os Diretores informam que o capital social da Companhia é de R\$ 2.054.305 mil, totalmente subscrito e integralizado e representado por 696.334.224 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com a principal característica de que não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas. A Companhia disponibiliza abaixo a proporção entre capital próprio em relação ao ativo total e a proporção do capital de terceiros sobre o ativo total para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era composta de 12,6% de capital próprio (representada por nosso patrimônio líquido) e 87,4% de capital de terceiros (que corresponde ao nosso passivo circulante e não circulante), conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Capital Próprio sobre Ativo Total	31/12/2024	31/12/2023
(Em milhares de Reais- Exceto porcentagem)		
Patrimônio Líquido	3.690.546	2.986.260
Ativo Total	29.296.082	25.959.901
Patrimônio Líquido/Ativo Total	12,6%	11,5%
Capital De Terceiros sobre Ativo Total¹	31/12/2024	31/12/2023
(Em milhares de Reais- Exceto porcentagem)		
Capital De Terceiros	25.605.536	22.973.641
Ativo Total	29.296.082	25.959.901
Capital De Terceiros/Ativo Total	87,4%	88,5%

¹ O Capital de Terceiros é composto pela soma do Passivo Circulante e Passivo não Circulante.

Relação entre Capital Próprio e De Terceiros	31/12/2024	31/12/2023
Capital Próprio	12,6%	11,5%
Capital De Terceiros	87,4%	88,5%
Total	100%	100%

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$3.690.546 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2023 o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$2.986.260 mil. A dívida financeira líquida consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$15.996.480 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2023 era de R\$13.406.404 mil.

A relação entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de 4,3x, enquanto em 31 de dezembro de 2023 era de 4,5x, conforme tabela abaixo.

Dívida Líquida Ajustada x Patrimônio Líquido	31/12/2024	31/12/2023
Dívida Financeira Líquida (R\$ mil)	15.996.480	13.406.404
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	3.690.546	2.986.260
Resultado Dívida Líquida Ajustada/Patrimônio Líquido	4,3x	4,5x

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores apresentam abaixo a tabela do endividamento financeiro nos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Endividamento (Em R\$ mil)	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	5.465.536	3.638.692
Debêntures	5.311.270	3.512.589
Empréstimos e Financiamentos	154.266	126.103
Não circulante	14.569.385	14.327.978
Debêntures	11.639.412	11.991.483
Empréstimos e Financiamentos	2.929.973	2.336.495
Dívida Financeira Bruta¹	20.034.921	17.966.670
(-) Caixas e Equivalentes Caixa e Aplicações Financeiras ³	4.038.441	4.560.266
Dívida Financeira Líquida¹	15.996.480	13.406.404
EBITDA	4.507.101	3.580.757
Dívida Financeira Líquida¹/EBITDA	3,55	3,74x
EBITDA Ajustado²	4.697.316	3.863.285
Dívida Financeira Líquida¹/EBITDA Ajustado²	3,41	3,47x

Conceitos:

1. **EBITDA** corresponde ao Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro líquido (Prejuízo) do Exercício, Depreciação e Amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro, segundo o IFRS ou BRGAAP, e não deve ser considerado como uma alternativa ao Lucro Líquido, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes, que eventualmente não utilizem a forma de cálculo de EBITDA nos termos da Resolução CVM 156/22. Entretanto, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. ("**EBITDA**")

2. **EBITDA Ajustado** corresponde ao EBITDA ajustado pela adição da provisão para manutenção e do custo com construção; subtração da Receita de Construção e adição da provisão para redução ao valor recuperável e da provisão do processo do IPTU do Ecopátio. O EBITDA Ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. O EBITDA Ajustado é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e outras empresas podem calcular de maneira diferente da calculada pela Companhia. ("**EBITDA Ajustado**")

3. **Receita Líquida Ajustada** corresponde a receita líquida excluindo a Receita de Construção. ("**Receita Líquida Ajustada**")

Em 31 de dezembro de 2024, 72,7% do montante total da dívida bruta da Companhia estavam alocados no longo prazo (substancialmente debêntures), enquanto em 31 de dezembro de 2023, 79,7% do montante total da dívida bruta da Companhia estavam alocados no longo prazo (substancialmente debêntures). A relação dívida financeira líquida/EBITDA Ajustado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de 3,41x, enquanto em 31 de dezembro de 2023 a relação dívida financeira líquida/EBITDA Ajustado da Companhia era de 3,47x, posição adequada para a Companhia honrar os seus compromissos. O EBITDA Ajustado utilizado para o cálculo acima foi de R\$4.697.316 mil em 2024 e de R\$3.863.285 mil em 2023. O índice dívida financeira líquida/EBITDA Ajustado é utilizado pela Companhia para medir sua alavancagem financeira, indicando o número de anos do fluxo de caixa requeridos para pagar todas as dívidas da Companhia.

31/12/2024	Menos de 1 ano	Entre 1 a 2 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 4 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
em R\$ mil						
Debêntures	5.311.270	1.086.492	2.193.424	652.083	7.707.413	16.950.682
Empréstimos e financiamentos	154.266	159.923	171.259	184.119	2.414.672	3.084.239
Total	5.465.536	1.246.415	2.364.683	836.202	10.122.085	20.034.921

Os Diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital e liquidez sólida e suficiente para continuar desenvolvendo suas operações nos próximos anos, considerando o perfil de endividamento, fluxo de caixa e posição de liquidez da Companhia, embora a Diretoria não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair novos financiamentos, acreditamos que seremos capazes de contratá-los.

Segue abaixo tabela com reconciliação do EBITDA:

Reconciliação EBITDA (Em R\$ mil)	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido	913.451	596.632
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	806.801	684.099
(+) Resultado financeiro	1.802.039	1.501.912
(+) Depreciações e Amortizações	984.810	798.114
EBITDA ⁽¹⁾	4.507.101	3.580.757
Receita Operacional Líquida	9.872.372	8.845.179
Margem EBITDA ⁽²⁾	45,7%	40,5%
(+) Provisão manutenção	125.386	102.007
(+) Custo construção	3.432.607	3.450.530
(-) Receita construção	(3.432.607)	(3.450.530)
(+) Provisão para redução ao valor recuperável	41.512	180.522
(+) Processo IPTU Ecopátio	23.317	-
EBITDA ajustado ⁽³⁾	4.697.316	3.863.286
Receita Líquida Ajustada ⁽⁴⁾	6.439.765	5.394.649
Margem EBITDA Ajustada ⁽⁵⁾	72,9%	71,6%

(1) EBITDA corresponde ao Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício, Depreciação e Amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro, segundo o IFRS ou BRGAAP, e não deve ser considerado como uma alternativa ao Lucro Líquido, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes, que eventualmente não utilizem a forma de cálculo de EBITDA nos termos da Resolução CVM 156/22. Entretanto, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. ("EBITDA")

(2) A Margem EBITDA é o resultado da divisão do EBITDA pela Receita Líquida.

(3) EBITDA Ajustado corresponde ao EBITDA ajustado pela adição da provisão para manutenção e do custo com construção; subtração da Receita de Construção; e adição da provisão para redução ao valor recuperável e da provisão do processo do IPTU do Ecopátio. O EBITDA Ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. O EBITDA Ajustado é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e outras empresas podem calcular de maneira diferente da calculada pela Companhia. ("EBITDA Ajustado")

(4) Receita Líquida Ajustada corresponde a receita líquida excluindo a Receita de Construção. ("Receita Líquida Ajustada")

(5) A Margem EBITDA Ajustado é o resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida Ajustada.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os Diretores acreditam que a Companhia está em uma situação confortável em relação às fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, tendo em vista principalmente: (i) nossa capacidade de geração de caixa; (ii) a possibilidade de captação por meio de emissão de valores mobiliários; e (iii) a possibilidade de novas captações no âmbito do mercado financeiro.

A principal fonte de financiamento para capital de giro da Companhia é a geração própria de fluxo de caixa operacional. Nos casos de necessidade de financiamento para capital de giro, a Companhia utilizou-se de instrumentos usualmente utilizados pelo mercado, contratados junto a bancos comerciais de seu relacionamento. Com relação a financiamento de investimentos em ativos não circulantes, os Diretores acreditam que aplicaram e continuam aplicando as melhores opções para a análise da viabilidade entre a captação de recursos de terceiros ou da utilização de capital próprio. A métrica utilizada para a tomada de decisão envolve a correlação entre as taxas de mercado e a rentabilidade do capital próprio.

Desde sua constituição, para financiar os investimentos em ativo não circulante, a Diretoria informa que a Companhia se utilizou de emissão de debêntures no mercado local e financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco Desenvolvimento Minas Gerais – BDMG, Caixa Econômica Federal – CEF, Santander e BASA. Para mais informações sobre as fontes de financiamento para capital de giro utilizadas a Diretoria indica verificar item “2.1.f.i” a seguir.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Como mencionado no item “d” acima, a Diretoria informa que a principal fonte de financiamento para capital de giro é a geração operacional de caixa. A Diretoria acredita que esta geração de caixa será suficiente para arcar com as obrigações de capital de giro. Em caso de descasamento das disponibilidades com as obrigações vincendas no curto prazo, a Diretoria acredita que a Companhia tem acesso a linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha. Em caso de descasamento das disponibilidades com as obrigações vincendas no curto prazo, a Diretoria acredita que a Companhia tem acesso a linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A Diretoria disponibiliza abaixo a descrição dos principais contratos de debêntures e empréstimos e financiamentos bancários vigentes consolidados da Companhia (em mil R\$) para os exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 detalhados por operação:

Empréstimos e financiamentos em R\$ mil:

Ref.	Companhia	Instituição Financeira	Modalidade	Moeda	Vencimento final	Taxa contratada	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
(a)	Eco101	Banco Nacional Desenvolvimento Social - BNDES	Finem	R\$	dez/28	TJLP + 3,84%a.a.	97.519	115.646
(a)	Eco101	Banco Nacional Desenvolvimento Social - BNDES	Finem	R\$	jun/30	TJLP + 3,84%a.a.	159.657	179.202
(b)	Ecoponte	Banco Nacional Desenvolvimento Social - BNDES	Finem	R\$	ago/32	TJLP + 3,48%a.a.	48.072	51.735
(b)	Ecoponte	Banco Nacional Desenvolvimento Social - BNDES	Finem	R\$	dez/32	TJLP + 3,48%a.a.	104.445	111.969
(b)	Ecoponte	Banco Nacional Desenvolvimento Social - BNDES	Finem	R\$	jun/34	TJLP + 3,48%a.a.	58.996	62.155
(c)	Eco050	Banco Nacional Desenvolvimento Social - BNDES	Finem	R\$	dez/38	TJLP + 2% a.a.	378.410	341.780

Ref.	Companhia	Instituição Financeira	Modalidade	Moeda	Vencimento final	Taxa contratada	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
(d)	Eco050	Banco Desenvolvimento Minas Gerais - BDMG	Finem	R\$	dez/38	TJLP + 2% a.a.	105.072	100.938
(e)	Eco050	Caixa Econômica Federal - CEF	FINISA	R\$	dez/38	TJLP + 2% a.a.	289.831	298.111
(f)	Eco050	Caixa Econômica Federal - CEF	FDCO	R\$	abr/36	7,5% a.a.	125.378	136.249
(g)	Eco135	Banco Nacional Desenvolvimento Social - BNDES	Finem	R\$	jun/43	IPCA TLP + 3,49% a.a.	839.790	578.568
(h)	Eco135	Santander	Finame	R\$	jul/26	IPCA TLP +3,40%a.a.	2.147	3.189
(h)	Eco135	Santander	Finame	R\$	set/26	IPCA TLP+3,40% a.a.	61	90
(h)	Eco135	Santander	Finame	R\$	jul/26	IPCA TLP +3,40%a.a.	3.667	5.449
(h)	Eco135	Santander	Finame	R\$	dez/26	IPCA TLP+4,08% a.a.	4.351	6.519
(i)	Ecovias do Araguaia	Banco Nacional Desenvolvimento Social - BNDES	Finem	R\$	09/2051	IPCA TLP+2,58% a.a.	664.919	267.677
(j)	Ecovias do Araguaia	BASA	CCB - FNO	R\$	jul/46	IPCA+2,50830%	201.924	203.321
Total							3.084.239	2.462.598

Ref.	Companhia	Instituição Financeira	Modalidade	Moeda	Vencimento final	Taxa contratada	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Circulante							154.266	126.103
Não circulante							2.929.973	2.336.495

Ref.	Garantia	Índices financeiros exigidos (ii)	Descumprimento gera:
(a)	Penhor das ações da Beneficiária e Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.	(i) Patrimônio Líquido/Ativo Total \geq 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) \geq 1,30 Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei.	Beneficiária: Limitar a Distribuição de Dividendos e JSCP durante a realização do projeto
(b)	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa.	Beneficiária: (i) Patrimônio Líquido ajustado/Passivo Total \geq 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) \geq 1,30; Após o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei estando inadimplente com os referidos índices. Interveniente: (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado \leq 4,00	Beneficiária: Limitar a Distribuição de Dividendos e JSCP após atingimento do <i>Completion</i> . Interveniente: Até final liquidação do Contrato e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Beneficiária.

Ref.	Garantia	Índices financeiros exigidos (ii)	Descumprimento gera:
(c)	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa.	Beneficiária: ICSD $\geq 1,2$ / PL/AT $\geq 20\%$ Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,00$	Beneficiária: Limitar a Distribuição de Dividendos e JSCP após atingimento do <i>Completion</i> . Interveniente: Até final liquidação do Contrato e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Beneficiária.
(d)	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa.	Beneficiária: ICSD $\geq 1,2$ / PL/AT $\geq 20\%$ Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,00$	Beneficiária: Limitar a Distribuição de Dividendos e JSCP após atingimento do <i>Completion</i> . Interveniente: Até final liquidação do Contrato e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Beneficiária.
(e)	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa.	Beneficiária: ICSD $\geq 1,2$ / PL/AT $\geq 20\%$ Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,00$	Beneficiária: Limitar a Distribuição de Dividendos e JSCP após atingimento do <i>Completion</i> . Interveniente: Até final liquidação do Contrato e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Beneficiária.
(f)	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa.	Beneficiária: ICSD $\geq 1,2$ / PL/AT $\geq 20\%$ Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,00$	Beneficiária: Limitar a Distribuição de Dividendos e JSCP após atingimento do <i>Completion</i> . Interveniente: Até final liquidação do Contrato e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Beneficiária.
(g)	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa.	Beneficiária: ICSD $\geq 1,3$ / PL Ajustado AT Ajustado $\geq 20\%$ Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,75$ Após o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei estando inadimplente com os referidos índices.	Beneficiária: Limitar a Distribuição de Dividendos e JSCP após atingimento do <i>Completion</i> . Interveniente: Até final liquidação do Contrato e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Beneficiária.

Ref.	Garantia	Índices financeiros exigidos (ii)	Descumprimento gera:
(h)	Alienação do bem.	Não aplicável	Não aplicável
(h)	Alienação do bem.	Não aplicável	Não aplicável
(h)	Alienação do bem.	Não aplicável	Não aplicável
(h)	Alienação do bem.	Não aplicável	Não aplicável
(i)	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Bancária.	EBITDA ajustado Medição iniciará em 2026 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) \geq 1,30 Medição iniciará em 2033	Limitar a Distribuição de Dividendos e JSCP após atingimento do <i>Completion</i>
(j)	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Bancária.	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) \geq 1,30 Medição iniciará em 2026	Limitar a Distribuição de Dividendos e JSCP após atingimento do <i>Completion</i>

Debêntures em R\$ mil:

Ref.	Companhia	Emissão	Série	Tipo e Forma	Data emissão	Vencimento final	Taxa contratada	Taxa efetiva (TIR)	Valor Nominal	Custos Antecipados	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
(a)	Ecovias dos Imigrantes	2ª	2ª	(i)	15/04/2013	abr/24	IPC-A + 4,28% a.a.				-	428.930
(b)	Ecovias dos Imigrantes	4ª	Única	(i)	17/03/2022	abr/24	CDI + 1,20% a.a.				-	973.568
(c)	Ecovias dos Imigrantes	5ª	Única	(i)	28/03/2023	mar/25	CDI + 2,00% a.a.	14,05%	900.000	(7.287)	927.682	925.803
(d)	Ecovias dos Imigrantes	6ª	Única	(i)	15/02/2024	fev/33	IPCA + 6,095% a.a.	11,17%	1.630.000	(45.801)	1.684.987	-
(e)	Ecosul	4ª	Única	(i)	30/05/2021	mai/24	CDI + 1,65% a.a.				-	222.084
(f)	Ecosul	5ª	Única	(i)	15/05/2023	mai/25	CDI + 2,20% a.a.	14,11%	140.000	(1.280)	151.135	151.734
(g)	Ecosul	6ª	Única	(i)	03/05/2024	nov/25	CDI + 0,65% a.a.	12,24%	80.000	(144)	81.239	-
(h)	Ecopistas	3ª	1ª	(i)	15/03/2023	mar/30	IPC-A + 7,55% a.a.	12,46%	472.000	(21.961)	483.612	474.172
(i)	Ecopistas	3ª	2ª	(i)	15/03/2023	mar/35	IPC-A + 8,15% a.a.	13,20%	708.000	(32.941)	749.916	709.896
(j)	Ecoponte	1ª	Única	(i)	15/10/2019	out/34	IPC-A + 4,4% a.a.	10,14%	230.000	(15.246)	281.141	274.458
(k)	Eco050	1ª	Única	(i)	15/12/2017	dez/29	IPC-A + 9% a.a.	14,68%	90.000	(13.904)	108.738	108.171

Ref.	Companhia	Emissão	Série	Tipo e Forma	Data emissão	Vencimento final	Taxa contratada	Taxa efetiva (TIR)	Valor Nominal	Custos Antecipados	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
(l)	EcoRioMinas	2ª	Única	(i)	11/09/2023	mar/25	CDI+2,05%a.a.	13,41%	400.000	(5.123)	469.538	411.459
(m)	EcoRioMinas	3ª	Única	(i)	05/04/2024	mar/25	CDI+0,40%a.a.	11,39%	400.000	(2.557)	430.285	-
(n)	Eco135	2ª	Única	(i)	15/07/2023	mar/43	IPC-A + 7,10% a.a.	12,17%	520.000	(6.428)	557.037	532.126
(o)	Ecovias do Cerrado	2ª	Única	(i)	15/08/2023	set/27	IPC-A + 6,35% a.a.	11,40%	640.000	(18.839)	722.917	641.899
(p)	Ecovias do Araguaia	1ª	Única	(i)	15/06/2022	jul/51	IPC-A + 6,66% a.a.	11,38%	593.150	(8.525)	655.703	629.552
(q)	EcoNoroste	1ª	Única	(i)	30/03/2023	set/25	CDI + 2,50% a.a.	14,62%	1.400.000	(16.178)	1.433.389	1.428.638
(r)	EcoNoroste	2ª	Única	(i)	15/12/2023	set/25	CDI + 1,35% a.a.	12,80%	800.000	(4.334)	818.109	797.827
(s)	ECS	6ª	3ª	(i)	15/11/2017	nov/24	IPC-A + 6,0% a.a.				-	19.719
(t)	ECS	7ª	Única	(i)	15/06/2018	jun/25	IPC-A + 7,4438% a.a.	13,23%	350.000	(1.972)	256.512	488.476
(u)	ECS	8ª	1ª	(i)	15/04/2019	abr/24	CDI + 1,30% a.a.				-	855.270
(v)	ECS	8ª	3ª	(i)	15/04/2019	abr/26	IPC-A + 5,50% a.a.	11,35%	66.325	(296)	93.620	89.056

Ref.	Companhia	Emissão	Série	Tipo e Forma	Data emissão	Vencimento final	Taxa contratada	Taxa efetiva (TIR)	Valor Nominal	Custos Antecipados	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
(w)	ECS	11 ^a	Única	(i)	22/08/2022	ago/27	CDI + 1,60% a.a.	13,95%	1.050.000	(4.722)	1.093.156	1.096.535
(x)	ECS	12 ^a	Única	(i)	20/06/2023	jun/26	CDI + 2,65 a.a.	14,69%	650.000	(5.631)	649.251	647.236
(y)	ECS	13 ^a	1 ^a	(i)	15/09/2023	out/28	CDI + 1,85 a.a.	13,78%	220.000	(3.041)	223.476	221.369
(z)	ECS	13 ^a	2 ^a	(i)	15/09/2023	out/30	CDI + 2,35 a.a.	14,38%	600.000	(8.293)	609.567	604.099
(aa)	ECS	13 ^a	3 ^a	(i)	15/09/2023	out/33	IPC-A + 6,8285 a.a.	11,99%	180.000	(2.488)	190.258	180.209
(ab)	ECS	14 ^a	1 ^a	(i)	15/06/2024	jun/31	IPC-A + 6,8233 a.a.	11,93%	897.312	(29.490)	891.610	-
(ac)	ECS	14 ^a	2 ^a	(i)	15/06/2024	jun/34	IPC-A + 7,1117% a.a.	12,25%	842.198	(27.678)	836.445	-
(ad)	ECS	14 ^a	3 ^a	(i)	15/06/2024	jun/39	IPC-A + 7,3108% a.a.	12,46%	360.490	(11.847)	357.786	-
(ae)	EcoRodovias Infraestrutura	6 ^a	Única	(i)	07/03/2022	mar/27	CDI + 2,00% a.a.	14,72%	950.000	(3.983)	591.598	988.278
(af)	Holding do Araguaia	1 ^a	Única	(i)	15/10/2021	out/36	IPC-A + 6,6647%	12,10%	1.400.000	(55.373)	1.601.975	1.603.508
Total									16.569.475	(355.362)	16.950.682	15.504.072
Circulante											5.311.270	3.512.589

Ref.	Companhia	Emissão	Série	Tipo e Forma	Data emissão	Vencimento final	Taxa contratada	Taxa efetiva (TIR)	Valor Nominal	Custos Antecipados	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Não circulante											11.639.412	11.991.483

Ref.	Pagamento de juros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Repactuação	Índices financeiros exigidos (iv)
(c)	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não	(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 3,5$
(d)	Semestral	Anuais a partir de 2028	Quirografária	Não	(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 3,5$
(f)	Anual	No vencimento	Quirografária	Não	(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 4,0$
(g)	Semestral	No vencimento	Quirografária e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não	(i) Dívida líquida/Ebitda ajustado (Garantidora - ECS) $\leq 4,75$
(h)	Semestral	Semestral a partir de 2024	Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios	Não	Não aplicável
(i)	Semestral	Semestral a partir de 2030	Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios	Não	Não aplicável
(j)	Anual	Anual a partir de 2022	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa	Não	(i) PL Ajustado/Passivo Total $> 20\%$ (ii) ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida $> 1,30$
(k)	Semestral	Semestral	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa	Não	(i) Patrimônio Líquido / Ativo Total $> 20\%$ (ii) ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida $> 1,20x$

Ref.	Pagamento de juros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Repactuação	Índices financeiros exigidos (iv)
(l)	No vencimento	No vencimento	Quirografária e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não	(i) Dívida líquida/Ebitda ajustado (Fiadora - ECS) < 4,75x
(m)	No vencimento	No vencimento	Quirografária e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não	(i) Dívida líquida/Ebitda ajustado (Fiadora - ECS) < 4,75x
(n)	Semestral	Semestral a partir de 2025	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa	Não	(i) Patrimônio Líquido Ajustado / Ativo Total Ajustado > 20% (ii) ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida > 1,30 (iii) Dívida líquida/Ebitda ajustado (Fiadora - ECS) < 4,75x
(o)	No vencimento	No vencimento	Quirografária e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não	(i) Dívida líquida/Ebitda ajustado (Fiadora - ECS) < 4,75x
(p)	Semestral	Semestral a partir de 2026	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Bancária.	Não	(i) Dívida líquida/Ebitda ajustado (Fiadora - ECS) < 4,75x
(q)	Semestral	No vencimento	Quirografária e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não	(i) Dívida líquida/Ebitda ajustado (Fiadora - ECS) < 4,75x
(r)	Semestral	No vencimento	Quirografária e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não	(i) Dívida líquida/Ebitda ajustado (Fiadora - ECS) < 4,75x
(t)	Anual	Anual a partir de 2024	Quirografária	Não	(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado ≤ 4,5

Ref.	Pagamento de juros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Repactuação	Índices financeiros exigidos (iv)
(v)	Anual	Anual a partir de 2025	Quirografária	Não	(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 4,5$
(w)	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não	(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 4,75$
(x)	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não	(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 4,75$
(y)	Semestral	Anual a partir de 2027	Quirografária	Não	(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 4,75$
(z)	Semestral	Anual a partir de 2028	Quirografária	Não	(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 4,75$
(aa)	Semestral	Anual a partir de 2031	Quirografária	Não	(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 4,75$
(ab)	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não	(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 4,75$
(ac)	Semestral	Anual a partir de 2032	Quirografária	Não	(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 4,75$
(ad)	Semestral	Anual a partir de 2037	Quirografária	Não	(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 4,75$
(ae)	Semestral	Anual a partir de 2024	Quirografária	Não	Não aplicável
(af)	Semestral	Semestral a partir de 2024	Alienação Fiduciária das Ações. Cessão Fiduciária de todos e quaisquer recursos recebidos pela Emissora decorrentes das distribuições oriundas da SPE. Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não	(i) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Garantidora - ECS) $< 5,50x$

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas, até 31 de dezembro de 2024, não possuíam quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras, com exceção daquelas divulgadas nas demonstrações financeiras e no item f (i) acima.

iii. Grau de subordinação de dívida

Os Diretores informam que não existe subordinação entre as dívidas.

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Os diretores informam que os contratos que regulamentam os endividamentos por meio de debêntures, empréstimos e financiamentos estabelecem certas limitações comuns ao mercado de dívida. Contudo, a Companhia avalia que essas limitações não interferem em suas atividades operacionais e financeiras. Entre as principais restrições estão:

- Alteração no controle acionário da Companhia;
- Pedido de falência da Companhia;
- Restrição à distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de lucros (exceto os dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações), caso a Companhia esteja inadimplente em suas obrigações pecuniárias vinculadas às dívidas;
- Limitações específicas relacionadas a cisão, fusão e incorporação;
- Restrições específicas quanto aos *covenants*;
- Impedimento de redução do capital social; e
- Descumprimento de decisão arbitral, administrativa final ou sentença judicial condenatória imediatamente exigível contra a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atendeu integralmente todos os *covenants* financeiros e/ou cláusulas restritivas associados às obrigações contratadas.

Mais detalhes poderão ser encontrados nas escrituras de debêntures disponíveis no website: www.ecorodovias.com.br/ri.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Os Diretores informam que, na data deste Formulário de Referência, os financiamentos do BNDES, BDMG, CEF, Santander e BASA destinados às concessionárias com créditos ainda não utilizados estão apresentados a seguir (em mil R\$):

Companhia	Banco	Total	Liberado	Crédito	% Pendente de liberação
Eco101	BNDES	882.144	424.992	457.152	51,8%
Ecoponte	BNDES	417.000	262.048	154.952	37,2%
Eco050	BNDES	432.675	409.994	22.681	5,2%
Eco050	BDMG	120.000	118.250	1.750	1,5%
Eco050	CEF	350.000	326.350	23.650	6,8%
Eco050	CEF	200.000	186.486	13.514	6,8%
Eco135	Santander	996.350	774.035	222.315	22,3%
Ecovias do Araguaia	BNDES	3.160.000	648.419	2.511.581	79,5%
Ecovias do Araguaia	BASA	460.951	206.362	254.589	55,2%
		7.019.120	3.356.936	3.662.184	52,2%

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Diretoria apresenta a seguir os resultados e as variações percentuais (análise vertical representa a participação percentual dos itens sobre a receita de venda de bens e/ou serviços no mesmo período e a análise horizontal representa a variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2024	A.V.	31/12/2023	A.V.	2024 x 2023
Receita Líquida	9.872.372	100,00%	8.845.179	100,00%	11,6%
Custos dos serviços prestados	(5.963.464)	-60,41%	(5.590.491)	-63,20%	6,67%
Lucro Bruto	3.908.908	39,59%	3.254.688	36,80%	20,10%
Receitas (Despesas) Operacionais	(386.617)	-3,92%	(472.045)	-5,34%	-18,10%
Despesas Gerais e administrativas	(350.366)	-3,55%	(307.789)	-3,48%	13,83%
Acordo de Leniência	-	0,00%	(10.124)	-0,11%	n.m.
Provisão para redução ao valor recuperável	(41.512)	-0,42%	(161.147)	-1,82%	-74,24%
Outras Receitas (Despesas Líquidas)	5.261	0,05%	7.015	0,08%	-25,00%
Resultado antes do Resultado financeiro/ IR e CS	3.522.291	35,68%	2.782.643	31,46%	26,58%
Resultado Financeiro	(1.802.039)	-18,25%	(1.501.912)	-16,98%	19,98%
Receitas Financeiras	491.198	4,98%	382.396	4,32%	28,45%
Despesas Financeiras	(2.293.237)	-23,23%	(1.884.308)	-21,30%	21,70%
Resultado antes do IR e CS	1.720.252	17,42%	1.280.731	14,48%	34,32%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(806.801)	-8,17%	(684.099)	-7,73%	17,94%

IR e CS sobre o lucro corrente	(781.592)	-7,92%	(628.163)	-7,10%	24,43%
IR e CS sobre o lucro diferido	(25.209)	-0,26%	(55.936)	-0,63%	-54,93%
Lucro Líquido do exercício	913.451	9,25%	596.632	6,75%	53,10%
Participação dos acionistas controladores	904.097	9,16%	569.564	6,44%	58,73%
Participações dos acionistas não controladores	9.354	n.m.	27.068	n.m.	-65,44%

Receita operacional líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$9.872.372 mil, enquanto a receita líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$8.845.179 mil, representando um aumento de 11,6%. Para maiores informações, vide o item 2.2 deste formulário.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$5.963.464 mil, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$5.590.491 mil, representando um aumento de 6,67 % pelos seguintes fatores:

- i. Concessões Rodoviárias:** A variação ocorreu principalmente devido: ao início das operações na Econoroeste e da EcoRioMinas, ao aumento dos custos de construção; aumento do custo de depreciação das concessionárias e à contratação de serviços de terceiros.
- ii. Portuário:** A redução ocorreu principalmente devido à diminuição na depreciação e amortização durante o período, relacionada aos portêineres que constituem o ativo sujeito a indenização, além da redução nos custos operacionais.
- iii. Logística:** O aumento ocorreu principalmente devido à contabilização da provisão para a contingência do processo de IPTU.
- iv. Holdings e Serviços:** A variação ocorreu principalmente pelo aumento dos custos com pessoal para atendimento dos contratos das novas concessões rodoviárias.

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$386.617 mil, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$472.045 mil, o que representou uma redução de 18,10%. Esta redução é atribuída principalmente:

- i. Concessões Rodoviárias:** A redução decorreu da Provisão para redução ao valor recuperável da Eco101, compensado pelo reajuste salarial implementado conforme o acordo coletivo de trabalho.
- ii. Portuário:** O aumento ocorreu principalmente devido ao complemento de provisões cíveis compensado pela redução das despesas com pessoal administrativo.
- iii. Logística:** A variação ocorreu principalmente pelo aumento dos gastos com serviços de terceiros.
- iv. Holdings e Serviços:** A variação ocorreu principalmente pelo aumento dos gastos com consultoria e

assessoria técnica para estudos de novos leilões.

Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social

O resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$3.522.291 mil, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$2.782.643 mil, o que representou um aumento de 26,58%.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi negativo de R\$1.802.039 mil, enquanto o do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi negativo de R\$1.501.912 mil, o que representou um aumento de 19,98%. Este aumento é atribuído principalmente:

- i. Concessões Rodoviárias:** Aumento se deu em função principalmente ao incremento dos juros sobre debêntures, decorrente das novas emissões de dívidas.
- ii. Portuário:** Apresentou redução em função principalmente à atualização monetária sobre os Ativos Indenizáveis e AVP do ativo sujeito a indenização e nas receitas de aplicações financeiras.
- iii. Logística:** Apresentou aumento, atribuído principalmente à atualização monetária relacionada à contingência do processo de IPTU.
- iv. Holdings e Serviços:** Aumento se deu em função dos juros e variação monetária sobre debêntures, em função do aumento do endividamento em debêntures.
- v. Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social**

O lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$1.720.252 mil, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$1.280.731 mil, o que representou um aumento de R\$439.521 mil, ou seja, +34,3%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$806.801 mil, enquanto o do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$684.099 mil, o que representou um aumento de R\$122.702 mil.

Lucro líquido

O lucro líquido consolidado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$913.451 mil, +53,1% em relação aos R\$596.632 do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 2024 e 2023

(em milhares R\$)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	3.935.501	3.551.004
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(4.564.701)	(5.817.695)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(557.439)	4.411.473
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(1.186.639)	2.144.782

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais da Companhia foi de R\$3.935.501 mil, representando um aumento de R\$384.497 mil em relação ao período exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando houve geração de caixa de R\$3.551.004 mil. Tal variação decorreu de principalmente pelo aumento de depreciações amortizações, encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos devido a novas emissões.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento da Companhia foi de R\$4.564.701 mil, representando uma redução de 21,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação deve-se principalmente pelo pagamento da outorga fixa da controlada EcoNoroeste, realizada no exercício de 2023 no montante de R\$1.284.988 mil.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$557.439 mil, enquanto no exercício social encerrado em 2023 foi uma geração de R\$4.411.473 mil. Tal variação decorreu principalmente pelo pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures ao longo do exercício de 2024 ter sido maior que as novas captações, ao contrário do exercício de 2023.

2.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os Diretores informaram que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as receitas da Companhia foram constituídas basicamente pela cobrança de pedágios, atividades de construção, receitas acessórias das concessões de rodovias administradas pela Companhia, pela prestação de serviços nos terminais portuários do Ecoporto Santos e pelas atividades do terminal intermodal e regulador do Ecopátio Cubatão. As tarifas de pedágio são anualmente corrigidas, conforme previsão contratual, com base em índices de inflação (IGP-M, IPCA ou cestas de índice de inflação). Segue descrição dos principais componentes da receita:

Concessões Rodoviárias – Evolução do Tráfego

Veículos O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes apresentou um aumento de 15,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, devido ao início da arrecadação de pedágio pela EcoRioMinas (parcialmente em setembro/22, março/23, outubro/23 e dezembro/23) e EcoNoroeste (à partir de maio/23).

Pesados: aumento de 19,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. O crescimento do tráfego deve-se principalmente a: (i) Ecovias dos Imigrantes: aumento das exportações de soja e milho, (ii) Eco135: indução de veículos devido à ampliação da capacidade das rodovias, com a entrega das duplicações e vias marginais, (iii) Ecopistas: aumento da produção industrial e incremento da movimentação no Porto de São Sebastião, (iv) Eco101: ciclo de celulose da região; (v) Eco050: aumento das exportações de soja, milho e açúcar, além do crescimento da produção industrial de alimentos e bebidas na região de Uberlândia; e (vi) EcoRioMinas: início da cobrança de pedágio em novas praças ao longo de 2023.

Veículos Leves: aumento de 9,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. O aumento do tráfego deve-se, principalmente, às condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados.

O tráfego consolidado comparável apresentou crescimento de 5,8%, sendo que os veículos pesados apresentaram crescimento de 8,2% e os veículos leves de 2,5%, desconsiderando o início da arrecadação de pedágio pela EcoRioMinas e EcoNoroeste.

Ecoporto Santos

A operação de cais apresentou crescimento de 37,7% em 2024 devido à movimentação de 35.486 contêineres (25.776 em 2023) e a operação de armazenagem de contêineres, 4,6%. A operação de armazenagem de carga geral apresentou redução de 69,2%.

RECEITA BRUTA

Os diretores informam que:

A receita bruta consolidada atingiu R\$10.621.838 mil em 2024, aumento de 11,0% em relação ao ano anterior. Excluindo a Receita de Construção, a receita bruta atingiu R\$7.189.231 mil, aumento de 17,5% em relação a 2023, devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e início da arrecadação de pedágio pela EcoRioMinas e EcoNoroeste.

Concessões Rodoviárias

A Receita de Concessões rodoviárias é proveniente de: (i) receitas de pedágios; (ii) receitas acessórias (monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos, outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias) e (iii) Receita de Construção estabelecida pelo ICPC-01.

Em 2024, a receita bruta de concessões rodoviárias foi de R\$10.118.364 mil, 12,4% superior a 2023, que foi de R\$9.005.122 mil.

Portuário

A receita bruta consolidada atingiu R\$448.170 mil em 2024, uma redução de 10,8% em relação a 2023 que foi de R\$502.372 mil.

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Provisão para redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia contratou uma consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem se os ativos intangíveis apresentam valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2024. O valor em uso das controladas foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC, em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: (a) WACC para concessionárias de rodovia: 12,18% a.a. (15,72% a 41,70% antes dos impostos, de acordo com o fluxo de cada concessionária); e (b) WACC para Ecoporto Santos e Copátio: 12,56% a.a. (29,94% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia identificou ajuste da provisão a ser constituído no resultado do exercício no montante de R\$41.512 mil (R\$161.147 mil em 31 de dezembro de 2023) relativo à sua controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

b. *Variações das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação*

Os Diretores informam que as receitas provenientes das tarifas de pedágio cobradas pelas concessionárias de rodovias são reajustadas anualmente, em conformidade com o disposto na Lei nº 9.069/95 e com as disposições, mecanismos e índices de cada um dos contratos de concessão. A tarifa básica de pedágio de cada concessão é reajustada de acordo com a fórmula disposta no respectivo contrato de concessão. As fórmulas consideram os seguintes índices:

Empresa	Índice Aplicado
Ecosul	INCC, IGP-M e índices de OAE, Pavimentação, Terraplenagem e Consultoria da FGV
Ecovias dos Imigrantes	IPCA
Ecopistas	IPCA
Eco101	IPCA
Ecoponte	IPCA
Eco050	IPCA
Eco135	IPCA
EcoRioMinas	IPCA
Ecovias do Cerrado	IPCA
Ecovias do Araguaia	IPCA
Econoroeste	IPCA

Além do mecanismo de reajuste periódico, as concessionárias de rodovias podem buscar uma revisão da tarifa caso ocorra um desequilíbrio econômico-financeiro nos Contratos de Concessão. Há mecanismos contratuais específicos que garantem o exercício deste direito e vinculam a atuação dos poderes concedentes.

As tarifas aplicadas pelo setor portuário nos procedimentos aduaneiros de importação e exportação são influenciadas pela taxa de câmbio e demanda por produtos.

c. *Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor*

Os Diretores informam que as debêntures e os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia são indexados, principalmente, ao IPCA, CDI e TJLP. Apresentamos a seguir, uma análise de sensibilidade que foi desenvolvida considerando a exposição à variação destes indexadores pela Companhia e por suas controladas:

Risco de variação nas taxas de juros

Os Diretores informam que a análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

Em atendimento à Resolução CVM 2, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IPCA, principais indicadores das aplicações financeiras, das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses, conforme tabela abaixo:

Valores apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	441.062	551.327	661.593
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(1.119.027)	(1.289.893)	(1.457.500)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(844.577)	(858.871)	(873.268)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(105.223)	(128.655)	(152.086)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(42.064)	(42.972)	(43.881)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(96.978)	(121.223)	(145.467)
Juros a incorrer, líquidos		(1.766.807)	(1.890.287)	(2.010.609)

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	14,90%	18,63%	22,35%
IPCA (b)	4,43%	5,53%	6,64%
TJLP (c)	8,50%	10,63%	12,75%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados – Dezembro/2024.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Os Diretores informam que nos exercícios sociais encerrados em 2024 e 2023 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia. A Companhia elabora suas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2024, elas são em grande parte, esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alterações exigiu alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações.

b. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer do auditor independente referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. *Introdução ou alienação de segmento operacional*

Os Diretores informam que não ocorreu a introdução ou alienação de segmento operacional que não estejam consideradas nas demonstrações financeiras.

b. *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Constituição

Os diretores informam que não ocorreram constituições de participação societária para o exercício social de 2024.

Aquisição

Os diretores informam que em 28 de novembro de 2024, a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS"), venceu a Concorrência Internacional nº 02/2024 da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, para exploração por 30 anos, contados a partir da data de assinatura do termo de transferência inicial, do Sistema Rodoviário do Lote Nova Raposo, composto por trechos das rodovias SP-270/280/029 e trecho Cotia-Embu das Artes, com extensão total de 92 km, incluindo 41 km do sistema atualmente administrado pela Concessionária CCR ViaOeste.

Alienação

Os diretores informam que não ocorreram alienações para o exercício social de 2024.

c. *Eventos ou operações não usuais*

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quaisquer eventos ou operações não usuais que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas nossas demonstrações financeiras ou nossos resultados.

2.5 – Medições não contábeis

A Companhia entende que as medições não contábeis apresentadas abaixo são as medições mais apropriadas para o melhor entendimento de sua atividade e de sua geração de caixa, sendo estas medidas não contábeis, inclusive, uma das formas utilizadas pela administração da Companhia para avaliação de sua performance.

a. Valor das medições não contábeis;

EBITDA – em R\$ mil	31/12/2024	31/12/2023
EBITDA ¹	4.507.101	3.580.757
Margem EBITDA ² (% da Receita Líquida)	45,65%	40,48%

¹ O EBITDA corresponde ao Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro (Prejuízo) Líquido do Período, Depreciação e Amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro, segundo o IFRS ou BRGAAP, e não deve ser considerado como uma alternativa ao Lucro Líquido, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes, que eventualmente não utilizem a forma de cálculo de EBITDA nos termos da Resolução CVM 156/22. Entretanto, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

² A Margem EBITDA é o resultado da divisão do EBITDA pela Receita Líquida.

EBITDA Ajustado¹ – em R\$ mil	31/12/2024	31/12/2023
EBITDA Ajustado ¹	4.697.316	3.863.286
Margem EBITDA Ajustado ² (% da Receita Líquida)	72,9%	71,6%

¹ O EBITDA Ajustado corresponde ao EBITDA ajustado pela adição da provisão para manutenção e do custo com construção e subtração da Receita de Construção. Em 2024, exclui provisão para redução ao valor recuperável e o Processo de IPTU da Ecopátio. Em 2023, exclui provisão para redução ao valor recuperável. O EBITDA Ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. “O EBITDA Ajustado é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e outras empresas podem calcular de maneira diferente da calculada pela Companhia.

² A Margem EBITDA Ajustada é o resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida Ajustada.

Lucro Líquido – em R\$ mil	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido Ajustado ¹	981.528	777.154

¹ Em 2024 Exclui efeitos de provisão para redução ao valor recuperável e o Processo de IPTU Ecopátio. Em 2023 Exclui efeitos de provisão para redução ao valor recuperável.

b. Reconciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de nosso EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada e Receita Líquida Ajustada a partir do nosso lucro líquido:

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA: corresponde ao Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro, segundo o IFRS ou Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ("**BRGAAP**"), e não deve ser considerado como uma alternativa ao Lucro Líquido, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes, que eventualmente não utilizem a forma de cálculo de EBITDA nos termos da Resolução CVM 156/22. Entretanto, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

Margem EBITDA: é o resultado da divisão do EBITDA pela Receita Líquida.

EBITDA e Margem EBITDA Ajustada e Receita Líquida Ajustada

O EBITDA Ajustado: corresponde ao EBITDA ajustado pela adição da provisão para manutenção e do custo com construção e subtração da Receita de Construção. Em 2024, exclui a provisão para redução ao valor recuperável e o Processo de IPTU da Ecopátio. Em 2023, exclui a provisão para redução ao valor recuperável. O EBITDA Ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. O EBITDA Ajustado é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e outras empresas podem calcular de maneira diferente da calculada pela Companhia. A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado representa uma informação adicional às suas demonstrações financeiras, mas não é uma medição contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, e não deve ser utilizado como substituto do lucro líquido do fluxo de caixa operacional, como indicador de desempenho operacional, nem tampouco como indicador de liquidez e/ou como base de distribuição de dividendos. O valor do EBITDA Ajustado não pode ser comparado entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Margem EBITDA Ajustada: é o resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida Ajustada.

Receita Líquida Ajustada: corresponde à Receita Líquida excluindo a Receita de Construção. A Receita Líquida Ajustada é utilizada pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações. A Receita Líquida Ajustada não é uma medida de desempenho financeiro segundo IFRS ou

BRGAAP, não possui um significado padrão e a definição da Companhia pode não ser comparável com definições de Receita Líquida Ajustada utilizada por outras companhias. A Receita de Construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. A administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo essa prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. Como a contabilização da Receita de Construção e custo de construção tem impacto nulo no resultado, a Companhia apresenta a Receita Líquida Ajustada excluindo a Receita de Construção para fins de comparabilidade da receita líquida operacional.

Reconciliação EBITDA (Em R\$ mil)	31/12/2024	31/12/2023	Var % 2024 vs 2023
Lucro Líquido/(Prejuízo)	913.451	596.632	53,10%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	806.801	684.099	17,94%
(+) Resultado financeiro	1.802.039	1.501.912	19,98%
(+) Depreciações e Amortizações	984.810	798.114	23,39%
EBITDA ⁽¹⁾	4.507.101	3.580.757	25,87%
Receita Operacional Líquida	9.872.372	8.845.179	11,61%
Margem EBITDA ⁽²⁾	45,65%	40,48%	5,5 p.p.
(+) Provisão manutenção	125.386	102.007	22,92%
(+) Custo construção	3.432.607	3.450.530	-0,52%
(-) Receita construção	(3.432.607)	(3.450.530)	-0,52%
(+) Provisão para redução ao valor recuperável	41.512	180.522	n.m
(+) Processo IPTU Ecopátio	23.317	-	-77,00%
EBITDA ajustado ⁽³⁾	4.697.316	3.863.286	21,59%
Receita Líquida Ajustada ⁽⁴⁾	6.439.765	5.394.649	19,37%
Margem EBITDA Ajustada ⁽⁵⁾	72,94%	71,61%	7,1 p.p.

(1) O EBITDA corresponde ao Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício, Depreciação e Amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro, segundo o IFRS ou BRGAAP, e não deve ser considerado como uma alternativa ao Lucro Líquido, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes, que eventualmente não utilizem a forma de cálculo de EBITDA

nos termos da Resolução CVM 156/22. Entretanto, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

(2) A Margem EBITDA é o resultado da divisão do EBITDA pela Receita Líquida.

(3) O EBITDA Ajustado corresponde ao EBITDA ajustado pela adição da provisão para manutenção e do custo com construção e subtração da Receita de Construção. Em 2024, exclui a provisão para redução ao valor recuperável e o Processo de IPTU da Ecopátio. Em 2023, exclui a provisão para redução ao valor recuperável.

(4) A Receita Líquida Ajustada corresponde à Receita Líquida excluindo a Receita de Construção.

(5) A Margem EBITDA Ajustada é o resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida Ajustada.

Dívida Financeira Líquida

Dívida Financeira Líquida: corresponde à soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos e debêntures, registrados no passivo circulante e não circulante, diminuído pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, bem como títulos e valores mobiliários vinculados ao pagamento de juros e principal de debêntures. A dívida financeira líquida não é uma medida de desempenho financeiro, segundo IFRS ou BRGAAP, não possui um significado padrão e a definição da Companhia pode não ser comparável com definições de dívida utilizadas por outras companhias.

Endividamento (Em R\$ mil)	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	5.465.536	3.638.692
Debêntures	5.311.270	3.512.589
Empréstimos e Financiamentos	154.266	126.103
Não circulante	14.569.385	14.327.978
Debêntures	11.639.412	11.991.483
Empréstimos e Financiamentos	2.929.973	2.336.495
Dívida Financeira Bruta¹	20.034.921	17.966.670
(-) Caixas e Equivalentes Caixa e Aplicações Financeiras ³	4.038.441	4.560.266
Dívida Financeira Líquida¹	15.996.480	13.406.404
Dívida Líquida Ajustada	18.926.605	15.912.605
EBITDA	4.507.101	3.580.757

Dívida Financeira Líquida¹/EBITDA	3,55	3,74
EBITDA Ajustado²	4.697.316	3.863.285
Dívida Financeira Líquida¹/EBITDA Ajustado²	3,41	3,47

(1) Não considera Obrigações com poder concedente e Passivo de Arrendamento.

(2) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção. Exclui a provisão para redução ao valor recuperável e o Processo de IPTU da Ecopátio em 2024. Em 2023, exclui a provisão para redução ao valor recuperável.

* O EBITDA corresponde ao Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício, Depreciação e Amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro, segundo o IFRS ou BRGAAP, e não deve ser considerado como uma alternativa ao Lucro Líquido, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes, que eventualmente não utilizem a forma de cálculo de EBITDA nos termos da Resolução CVM 156/22. Entretanto, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

*** O EBITDA Ajustado corresponde ao EBITDA ajustado pela adição da provisão para manutenção e do custo com construção e subtração da Receita de Construção.

****A Receita Líquida Ajustada correspondente a receita líquida excluindo a Receita de Construção.

(3) A rubrica Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras contempla os valores de aplicações financeiras vinculadas ao endividamento e são compostas inclusive pelas aplicações de longo prazo.

Lucro Líquido Ajustado

Lucro Líquido Ajustado: corresponde ao Lucro Líquido excluindo: Provisão para redução ao valor recuperável e o Processo de IPTU da Ecopátio.

LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO - em R\$ mil	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	913.451	596.632
(+) Provisão para redução ao valor recuperável	41.512	180.522
(+) Processo IPTU Ecopátio	26.565	-

LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	981.528	777.154
-------------------------------	----------------	----------------

c. Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia:

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia entende que a utilização do EBITDA e EBITDA Ajustado como medida de desempenho pode ser mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta ou até mesmo não calcular.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro, segundo o IFRS ou BRGAAP, e não deve ser considerado como uma alternativa ao Lucro Líquido, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes, que eventualmente não utilizem a forma de cálculo de EBITDA nos termos da Resolução CVM 156/22. Entretanto, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado corresponde ao EBITDA ajustado pela adição da provisão para manutenção e do custo com construção e subtração da Receita de Construção.

A Companhia acredita que a divulgação da Dívida Financeira Líquida visa complementar a análise do Balanço Patrimonial da Companhia, uma vez que não substituem as métricas contábeis divulgadas. A Companhia entende que a medição da Dívida Financeira Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Outras empresas podem calcular a Dívida Financeira Líquida de maneira diferente daquela utilizada pela sua administração.

Adicionalmente, nas escrituras de debêntures de emissão da Companhia e suas controladas e nos contratos financeiros, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinados Índices financeiros (*covenants* financeiros) que utilizam a Dívida Líquida como parâmetro nas formas definidas em instrumentos constitutivos da dívida. Para mais informações sobre tais contratos financeiros celebrados pela Companhia e suas controladas, bem como os Índices financeiros (*covenants* financeiros) a que a Companhia e suas controladas estão sujeitas, vide item 2.1 (f) deste Formulário de Referência.

A Companhia entende que a utilização do Lucro líquido Ajustado como medida de desempenho pode ser mais apropriada para a correta compreensão do resultado de suas operações, pois expurga efeitos não recorrentes e operações descontinuadas.

2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício que as altere substancialmente

Valores indicados neste item 2.6 estão expressos em milhares de reais.

Aporte de capital - Eco101

Em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado e integralizado o aumento do capital social da controlada indireta Eco101, no valor de R\$43.000 (quarenta e três milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 43.000.000 (quarenta e três milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

4ª Emissão de Debêntures – EcoRioMinas

Em 27 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração da controlada indireta EcoRioMinas, aprovou a 4ª emissão de Debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em 5 (cinco) séries para distribuição pública sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A emissão será composta por 7.320.612 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$7.320.612, remuneradas a: (i) 1ª série IPC-A + 8,3939%; (ii) 2ª, 3ª e 4ª séries IPC-A + 7,65% a.a.; e (iii) 5ª série IPC-A + 10,13%. O prazo de vencimento das debêntures será de 272 meses contados da data de emissão. Os recursos totais captados por meio da Oferta serão destinados: (i) ao reembolso de despesas efetuadas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da Oferta; e (ii) a novos investimentos relacionados à exploração do Projeto, relativos aos trabalhos iniciais, à recuperação, à manutenção, à ampliação de capacidade e às melhorias do Projeto, conforme previsto no Contrato de Concessão celebrado entre a controlada e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A entrada dos recursos da 1ª série, no valor de R\$1.350.000, ocorreu em 20 de fevereiro de 2025. As demais séries serão desembolsadas de acordo com o ciclo de investimentos da Concessionária e estarão sujeitas ao cumprimento das respectivas condições precedentes previstas na escritura da emissão, com data de integralização limite em 31 de dezembro de 2031.

A emissão conta com uma série de “debêntures de transição verde”, no valor de R\$540.000, com base no compromisso da EcoRioMinas em destinar os recursos em investimentos relacionados a critérios de sustentabilidade.

Aporte de capital - Ecoponte

Em 29 de janeiro de 2025, foi deliberado e integralizado o aumento do capital social da controlada indireta Ecoponte, no valor de R\$10.000 (dez milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 10.000.000 (dez milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Mútuo ECS x Eco050

Em 29 de janeiro de 2025, a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços, na qualidade de mutuante, celebrou um instrumento particular de contrato de mútuo, com a controlada indireta Eco050,

na qualidade de mutuária, no montante de R\$30.000, com juros remuneratórios equivalentes a Taxa DI, acrescido de spread de 1,50%, podendo ser (i) prorrogado mediante acordo entre as partes e/ou (ii) pago de forma antecipada, total ou parcialmente. O vencimento do referido contrato é 29 de janeiro de 2026.

Reequilíbrio econômico-financeiro - Eco135

Em 29 de janeiro de 2025, a controlada indireta Eco135 e o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA (“Poder Concedente”), celebraram o Segundo Termo Aditivo (“2º Termo Aditivo”) ao Contrato de Concessão SETOP 004/2018 da BR-135 (“Contrato de Concessão”), com o objetivo de autorizar o reequilíbrio econômico-financeiro em razão do saldo de créditos e débitos dos pleitos apurados no âmbito da Primeira Revisão Ordinária, assim como o crédito previsto no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“1º Termo Aditivo”), celebrado em 29 de junho de 2022.

A apuração do saldo de débitos e créditos do 2º Termo Aditivo determinou a revisão do período de desconto de pagamento da outorga de 30 parcelas – definidas anteriormente, quando da assinatura do 1º Termo Aditivo, referente à inclusão do Contorno de Montes Claros, para 11 parcelas, contados a partir de fevereiro de 2025.

Processo Competitivo – Eco101

Em 13 de fevereiro de 2025, a controlada indireta Eco101, a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“ANTT”), firmaram, com a interveniência do Tribunal de Contas da União – TCU (“TCU”) e da Companhia, o Termo de Autocomposição decorrente da solução consensual para a resolução de controvérsias relativas ao Contrato de Concessão da BR-101/ES/BA.

Adicionalmente, a Companhia informa que, conforme o Acórdão 1996/2024 do TCU e o Termo de Autocomposição, a Diretoria Colegiada da ANTT aprovou a publicação do Edital nº. 02/2025 para a realização do processo competitivo, por meio de leilão e o critério de julgamento da melhor proposta pelo menor valor da tarifa de pedágio, para a alienação de 100% (cem por cento) das ações da Eco101.

Após a conclusão do processo competitivo, será celebrado o Aditivo ao Contrato de Concessão com o vencedor do leilão, garantindo a continuidade da prestação dos serviços públicos na BR-101/ES/BA e assegurando o interesse e segurança dos usuários.

1ª Emissão de debêntures – Concessionária Ecovias Raposo-Castelo S.A.

Em 13 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da controlada indireta Concessionária Ecovias Raposo-Castelo S.A., aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor total de R\$2.200.000, objeto de oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático, nos termos do artigo 26, inciso X, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários “CVM” nº 160, de 13 de julho de 2022, da Lei nº 6.385, de 7 de setembro de 1976, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A emissão é composta por 2.200.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$2.200.000, remuneradas a IPC-A + 8,1773% a.a. O prazo de vencimento das debêntures será de 1.489 dias contados da data de emissão. Os recursos totais captados por meio da Oferta foram destinados integralmente ao pagamento da Outorga fixa, condição precedente para assinatura do Contrato de Concessão celebrado entre a Concessionária e a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. A entrada dos recursos, ocorreu em 06 de março de 2025.

Aporte de capital - Eco101

Em 14 de fevereiro de 2025, foi deliberado e integralizado o aumento do capital social da controlada indireta Eco101, no valor de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 50.000.000 (cinquenta milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Aporte de capital – EIL05

Em 14 de fevereiro de 2025, foi deliberado e integralizado o aumento do capital social da controlada indireta EIL05, no valor de R\$2.000 (dois milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 2.000.000 (dois milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

7ª Emissão de Debêntures – Ecovias do Imigrantes

Em 14 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da controlada indireta Ecovias dos Imigrantes, aprovou a 7ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A emissão será composta por 1.400.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$1.400.000, remuneradas a CDI + 1,25% a.a. O prazo de vencimento das debêntures será de 7 anos contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela controlada com a emissão serão destinados ao refinanciamento de dívidas existentes e reforço de caixa da controlada.

Integralização de Capital – Concessionária Ecovias Raposo-Castelo S.A.

Em 28 de fevereiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Ecovias Raposo-Castelo, foi consignada a integralização do capital social da controlada, naquela data, no montante de R\$135.722, mediante a subscrição de 135.722.368 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em moeda corrente nacional, pela controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Assunção trecho TEBE – EcoNoroeste

Em 04 de março de 2025, a partir da zero hora, a controlada indireta EcoNoroeste, assumiu a operação e a gestão do trecho anteriormente operado pela concessionária TEBE, com 158,2 km de extensão e três praças de pedágio, cuja representatividade da receita da Concessionária é de cerca de 20%. Portanto, a EcoNoroeste atingiu a arrecadação integral da receita de pedágio.

2.7 - Política de destinação dos resultados

	31/12/2024
a. Regras sobre retenção de lucros	Ao fim de cada exercício a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em lei, as quais compreenderão a proposta de destinação de lucro líquido do exercício. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento), serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, conforme alterada (" Lei das Sociedades por Ações "), se existente, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.
a.i. Valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o lucro líquido da Companhia foi de R\$904.096.843,72, cuja destinação está descrita abaixo: (i) R\$45.204.842,19 para a constituição de Reserva Legal; (ii) R\$214.723.000,38 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e (iii) R\$644.169.001,15 para a constituição de Reserva de Orçamento de Capital.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os percentuais das retenções em relação ao lucro líquido total declarado foram os seguintes: (i) 5% para a constituição de Reserva Legal; (ii) 23,8%, para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e (iii) 71,2%, para a constituição de Reserva de Orçamento de Capital.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	A política de distribuição de dividendos da EcoRodovias não afeta o direito dos seus acionistas receberem o dividendo obrigatório nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Do lucro líquido do exercício, apurado na forma da Lei das Sociedades por Ações, serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, 5% (cinco por cento), que serão destinados para a Reserva Legal até os limites estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações. Do lucro líquido ajustado, a Companhia destinará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) aos acionistas, que

	31/12/2024
	<p>permanecerá constituindo o piso mínimo de remuneração. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, observando-se os limites legais previstos na Lei das Sociedades por Ações, que serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório. A EcoRodovias poderá realizar distribuições de dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios, caso o Conselho de Administração entenda que essas distribuições levarão a uma estrutura de capital mais eficiente e apropriada e esteja alinhada com o planejamento financeiro e orçamento da EcoRodovias. A reserva de lucro para orçamento de capital, constituída nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, deverá ser baseada em orçamento de capital, aprovado em Assembleia Geral de Acionistas a partir de proposta da administração, a qual deverá contemplar a justificação da retenção de lucros e as fontes de recursos e aplicações de capital, podendo tal orçamento de capital ter duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá, mediante deliberação da maioria dos membros do Conselho de Administração, levantar balanços, intermediários ou intercalares, mensais, bimestrais, trimestrais ou semestrais e distribuir os lucros neles evidenciados, os quais serão levados à conta do lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos ao longo do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
<p>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>Dividendo mínimo obrigatório: anualmente.</p> <p>Dividendos intermediários: em períodos inferiores, levantar balanços, intermediários ou intercalares, mensais, bimestrais, trimestrais ou semestrais e distribuir os lucros neles evidenciados, conforme deliberação da maioria dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o previsto no Estatuto Social.</p>
<p>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Conforme previsto no artigo 202, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, o pagamento de Dividendos não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral de Acionistas ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá dar o seu parecer sobre os documentos apresentados e situação econômica da Companhia e a Administração encaminhará à Comissão de Valores Mobiliários a exposição justificada da informação transmitida à Assembleia Geral de Acionistas, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data de sua realização.</p>

	31/12/2024
<p>e. Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>A Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de março de 2022 e entra em vigor a partir desta data. A política está disponível no endereço: https://ri.ecorodovias.com.br/</p>

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

iii. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. *como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia*

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b. *natureza e o propósito da operação*

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

c. *natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação*

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.10 - Plano de Negócios

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando

a. investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2024, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

31 de dezembro de 2024 (até o fim do prazo de concessão)

Contratos de Concessões	Natureza dos custos (Em mil R\$)			
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecosul	3.209	31.938	29.913	65.060
Ecovias	516.444	752.302	52.555	1.321.301
Ecopistas	39.014	340.897	300.452	680.363
Eco101	976.997	389.738	452.195	1.818.930
Ecoponte	182.288	166.085	111.014	459.387
Eco050	163.647	1.237.703	6.349	1.407.699
EcoRioMinas	7.985.906	4.028.662	1.740.323	13.754.891
Eco135	92.214	840.565	62.646	995.425
Ecovias do Cerrado	457.736	1.463.273	30.765	1.951.774
EcoNoroeste	3.449.710	4.559.995	979.491	8.989.196
Ecovias do Araguaia	3.768.317	3.323.009	485.681	7.577.007
Total	17.635.482	17.134.167	4.251.384	39.021.033

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores informam que, quando da realização de investimentos, a fonte de financiamento é, preferencialmente, por meio de bancos de fomento (BNDES) e emissões de dívida no mercado local, de longo prazo, conjuntamente com capital próprio gerado pelas operações existentes.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores informam que em 2024, não existiam desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores informam que a Companhia não realizou aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor em 2024.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimentos já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os Diretores informam que a Companhia não possui novos produtos, serviços ou projetos em desenvolvimento.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Embora já desenvolva algumas iniciativas ligadas às temáticas ASG, conforme informado no item 1.16 deste Formulário de Referência, a Companhia entende que o conceito de "oportunidades ASG" implica a necessidade de inovações dentro do seu próprio negócio. Assim, atualmente, a Companhia ainda não inclui oportunidades ASG, conforme definição acima indicada, em seu plano de negócios, em decorrência dos mesmos motivos indicados na explicação do item 1.9 deste Formulário de Referência.

2.11 - Outros fatores com influência relevante no desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens deste item

Os Diretores informam que para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram fatores que influenciassem de maneira relevante o resultado operacional.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ nº 04.149.454/0001-80

NIRE 353.001.819.48

ANEXO III

ORÇAMENTO DE CAPITAL PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2025 (CONSOLIDADO)

Senhores Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 27, §1º, inciso IV da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, apresentamos a V. Sas. para análise e posterior aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada em 17 de abril de 2025, às 14:30, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 5.877.322.236,00 (cinco bilhões, oitocentos e setenta e sete milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e trinta e seis reais), conforme fontes de financiamento abaixo, aprovada e recomendada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 18 de março de 2025.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 5.877.322.236,00

Aplicações	
Investimento consolidado planejado para o exercício social de 2025 nos projetos atualmente detidos pela Companhia.	R\$ 5.877.322.236,00
Origens/Fontes de Financiamento	
Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros.	R\$ 5.877.322.236,00

São Paulo, 18 de março de 2025.

Marco Antônio Cassou

Presidente do Conselho de Administração

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ nº 04.149.454/0001-80

NIRE 353.001.819.48

ANEXO IV

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024, FORMULADA PELA ADMINISTRAÇÃO NA FORMA DO ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM 81

(conforme artigo 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM 81)

DESTINAÇÃO DO RESULTADO

(conforme artigo 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM 81)

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 904.096.843,72 (novecentos e quatro milhões, noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos). Descontando-se a respectiva parcela de R\$ 45.204.842,19 (quarenta e cinco milhões, duzentos e quatro mil, oitocentos e quarenta e dois reais e dezenove centavos) destinada à formação da reserva legal da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, é de R\$ 858.892.001,53 (oitocentos e cinquenta e oito milhões, oitocentos e noventa e dois mil, um real e cinquenta e três centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados.

Caso seja aprovada a alocação submetida pela Proposta da Administração, o montante global de dividendos declarados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 será de R\$ 214.723.000,38 (duzentos e quatorze milhões, setecentos e vinte e três mil reais e trinta e oito centavos), correspondentes ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O valor total dos dividendos a serem declarados corresponde ao valor de R\$ 0,308678045403728 por ação, considerando-se a quantidade de ações em circulação existentes na data desta Proposta da Administração.

Evento	Valor Bruto	Valor do provento por ação
Dividendos declarados	R\$ 214.723.000,38	R\$ 0,308678045403728
TOTAL	R\$ 214.723.000,38	R\$ 0,308678045403728

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A porcentagem do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 alocada para distribuição de dividendos, caso seja aprovada a distribuição submetida pela Proposta da Administração, será de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme previsto no artigo 29 do Estatuto Social da Companhia.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não aplicável. A Companhia não distribuiu dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucro de exercícios sociais anteriores, mas apenas com base no lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

O valor bruto de R\$ 214.723.000,38 (duzentos e quatorze milhões, setecentos e vinte e três mil reais e trinta e oito centavos) declarados como dividendos, correspondem a R\$ 0,308678045403728 por ação ordinária em circulação. Na Companhia não há ações preferenciais ou segregação de ações por classe.

Aos Acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, divulgadas no dia 18 de março de 2025, destaque de juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia Geral a esse respeito.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Se aprovada a distribuição proposta na Proposta da Administração, a Companhia efetuará o pagamento dos dividendos até 31 de dezembro de 2025 (observado o disposto no artigo 205 da Lei das Sociedades por Ações), conforme futura aprovação por meio de reuniões do Conselho de Administração e de acordo com as seguintes instruções:

- 1) Para os Acionistas com ações custodiadas na Central Depositária da B3, os valores serão pagos à mesma, que os repassará aos acionistas titulares por intermédio dos seus respectivos Agentes de Custódia;
- 2) O pagamento aos demais Acionistas será efetuado mediante crédito na conta corrente bancária informada pelo respectivo acionista ao Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de Instituição Financeira Depositária das Ações;
- 3) Os Acionistas que não informarem os dados bancários ou não mantiverem conta corrente em Instituição Financeira deverão se apresentar na Agência Itaú de sua preferência, munidos de documento de identificação e do "Aviso Para Recebimento de Proventos de Ações Escriturais", a ser enviado via correio àqueles

com endereço atualizado no cadastro do Itaú Corretora de Valores S.A.

Em caso de dúvidas, recomendamos que seja feito contato com a Central de Atendimento aos Acionistas do Escriturador das ações de emissão da Companhia:

Central de Atendimento aos Acionistas

Itaú Corretora de Valores S.A.

Telefones (atendimento em dias úteis das 9h00 às 18h00):

3003-9285 (Capitais e Regiões Metropolitanas) este número também é WhatsApp

0800-720-9285 (demais localidades)

c. *Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio*

Não aplicável.

d. *Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento*

A data de declaração de pagamento dos dividendos considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento será oportunamente definida conforme aprovação(ões) em Reunião do Conselho de Administração.

6. *Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores*

a. *Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados*

Não aplicável.

b. *Informar a data dos respectivos pagamentos*

Não aplicável.

7. *Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:*

a. *Lucro Líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores*

Em milhares de R\$

Período	Exercício Social encerrado em 31/12/2024	Exercício Social encerrado em 31/12/2023	Exercício Social encerrado em 31/12/2022
Lucro Líquido do Exercício	904.097	569.564	245.695

Lucro por ação (em R\$)	1,30	0,82	0,35
--------------------------------	------	------	------

b. *Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores*

O lucro líquido ajustado da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 541.086.145,55 (quinhentos e quarenta e um milhões, oitenta e seis mil, cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), dos quais R\$ 135.271.536,39 (cento e trinta e cinco milhões, duzentos e setenta e um mil, quinhentos e trinta e seis reais e trinta e nove centavos) foram declarados como dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O valor total dos dividendos declarados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 corresponde ao valor de R\$ 0,194461484690233 por ação, considerando-se a quantidade de ações em circulação existentes em 18 de março de 2024.

O lucro líquido ajustado da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 233.410.426,03 (duzentos e trinta e três milhões, quatrocentos e dez mil, quatrocentos e vinte e seis reais e três centavos), dos quais R\$ 58.352.606,51 (cinquenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e seis reais e cinquenta e um centavos) foram declarados como dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O valor total dos dividendos declarados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 corresponde ao valor de R\$ 0,083885603729 por ação, considerando-se a quantidade de ações em circulação existentes em 17 de março de 2023.

O lucro líquido ajustado da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$5.277.808,52 (cinco milhões, duzentos e setenta e sete mil, oitocentos e oito reais e cinquenta e dois centavos), dos quais: (i) R\$1.319.452,13 (um milhão, trezentos e dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e treze centavos) foram declarados como dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e (ii) R\$3.958.356,39 (três milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, trezentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos), foram declarados como dividendos adicionais.

O valor total dos dividendos declarados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 corresponde ao valor de R\$ 0,007587187283 por ação, considerando-se a quantidade de ações em circulação existentes em 28 de março de 2022.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. *identificar o montante destinado à reserva legal*

O montante do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 destinado à reserva legal é de R\$ 45.204.842,19 (quarenta e cinco milhões, duzentos e quatro mil, oitocentos e quarenta e dois reais e dezenove centavos).

b. *Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.*

O cálculo da reserva legal é realizado no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Descrição	Valores
Lucro Líquido do Exercício	R\$ 904.096.843,72
Base para Reserva Legal	5%
Reserva Legal – 5%	R\$ 45.204.842,19

9. *Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos*

a. *Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos*

Não aplicável.

b. *Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.*

Não aplicável.

c. *Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.*

Não aplicável.

d. *Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem p s a cada classe de ações preferenciais.*

Não aplicável.

e. *Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.*

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. *Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto*

Nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas dividendo obrigatório de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

b. *Informar se ele está sendo pago integralmente*

A Companhia paga integralmente o dividendo mínimo obrigatório.

c. *Informar o montante eventualmente retido.*

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. *Informar o montante da retenção*

Não aplicável.

b. *Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos*

Não aplicável.

c. *Justificar a retenção dos dividendos*

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. *Identificar o montante destinado à reserva*

Não aplicável.

b. *Identificar a perda considerada provável e sua causa*

Não aplicável.

c. *Explicar porque a perda foi considerada provável*

Não aplicável.

d. *Justificar a constituição da reserva*

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. *Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar*

Não aplicável.

b. *Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva*

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. *Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva*

Não aplicável.

b. *Identificar o montante destinado à reserva*

Não aplicável.

c. *Descrever como o montante foi calculado*

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. *Identificar o montante da retenção*

Para o exercício social encerrado em 2024, o montante de R\$ 644.169.001,15 (seiscentos e quarenta e quatro milhões, cento e sessenta e nove mil, um real e quinze centavos), será destinado a constituição de Reserva de Retenção de Lucros, conforme Orçamento de Capital previamente aprovado e nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

b. *Fornecer cópia do orçamento de capital*

Cálculo do dividendo obrigatório referente 2024 e destinação do lucro líquido	(R\$ mil)
Lucro Líquido do Exercício	904.097
(-) Reserva Legal (5% do Lucro Líquido)	45.205
(+) Realização da Reserva de Reavaliação	-
(+) Dividendos Prescritos	-
(=) LL ajustado 2024	858.892
(-) Dividendo Obrigatório de 2024	214.723
(=) Saldo a Destinar de 2024	644.169
(+) Lucros acumulados	-
(-) Retenção de Lucros (Art. 196 – Orçamento de capital)*	644.169
Saldo	-

* Vide **Anexo III** da Proposta da Administração para cópia do Orçamento de Capital aprovado.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ nº 04.149.454/0001-80

NIRE 353.001.819.48

ANEXO V

**INDICAÇÃO DE ADMINISTRADORES (CONTEMPLA AS INFORMAÇÕES REQUERIDAS
PELOS ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)**

(conforme artigo 11, inciso I, da Resolução CVM 81)

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome:	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data	de
Alberto	717.914.471-		Itália	Administrador	Nascimento:	
Gargioni	12				11/07/1972	

Experiência Profissional: Formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Bocconi na Itália em 1996 e concluiu um MBA pela escola de negócios do Politecnico (POLIMI GSoM) na Itália em 1999. Trabalhou como auditor na KPMG a partir de 1996 e, após o MBA, mudou-se para a Lazard, onde ocupou diversos cargos em banco de investimento, alcançando a posição de Diretor. Atuou como Diretor Executivo e Sócio em banco de investimento na Leonardo & Co. entre 2006 e 2015, e então tornou-se Chefe de Fusões e Aquisições para a Europa Continental (Itália, França e Alemanha) no Santander Corporate and Investment Banking entre 2015 e 2019. Trabalhou como Diretor Financeiro da Nuova Argo Finanziaria S.p.A entre maio de 2019 e setembro de 2020 e, em setembro de 2020, o Sr. Gargioni foi nomeado Diretor Financeiro do Grupo ASTM. Atualmente, atua também como Membro do Conselho em várias subsidiárias do Grupo ASTM. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Órgãos da Administração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)	Membro do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança	17/04/2025	Sim	16/11/2021

Condenações

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
ção: N/A	ção: N/A

Nome:	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data	de
Beniamino	239.357.708		Itália	Empresário	Nascimento:	
Gavio	-47				13/10/1965	

Experiência Profissional: Formado em Economia por uma universidade americana. Ocupa diversos cargos no Grupo Gavio, que atua nos setores de concessões rodoviárias, construção e engenharia, transporte e logística, tecnologia e náutica. Atualmente, é Presidente da Aurelia S.r.l. (a holding da família Gavio) e da Nuova Argo Finanziaria S.p.A., além de membro do Conselho de Administração da ASTM S.p.A. É também Presidente da Baglietto, uma marca histórica italiana de construção de iates, e Diretor de muitas outras empresas que operam nos setores de transporte, logística, serviços e esportes. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Órgãos da Administração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		17/04/2025	Sim	28/04/2016

Condenações

Tipo de Condenação: N/A	Descrição da Condenação: N/A

Nome: Eros CPF: Passaporte: Nacionalidade: Profissão: Advogado Data de
Gradowski 446.765.229 Brasil Nascimento:
Junior -91 31/05/1962

Experiência Profissional: Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba em 1986, com habilitação específica em criminologia, Direito Penal Executivo e Direito Penal Econômico, pós-graduado pela PUC -PR em 1990, didática do ensino superior de direito, professor de direito civil e comercial na PUC-PR de 1989/2001, professor da Escola Paranaense de Magistratura de 1995/1997 nas mesmas cadeiras, advogado militante na Justiça Estadual e Federal do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pará e Amapá. É membro do Conselho de Administração Primav Construções e Comércio S/A, acionista minoritária indireta da EcoRodovias, e entre abril de 2014 e junho de 2021, ocupou a posição de membro suplente do Conselho de Administração da EcoRodovias. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Órgãos da
Administração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		17/04/2025	Não	18/04/2018

Condenações

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: Jorge Luiz Mazeto CPF: 514.550.809-34 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profissão: Advogado Data de Nascimento: 04/07/1963

Experiência Profissional: Graduado em ciências contábeis pela Faculdade Católica de Administração e Economia - FAE e bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Participou de Conselhos Fiscais e de Conselhos de Auditoria Forense de empresas, dentre elas do Grupo C.R. Almeida e do Grupo Zugman; e Ouro Verde S.A. Atualmente, participa em projetos de M e A, realiza trabalho de consultoria empresarial nas áreas contábil, tributária e jurídica comercial, societária e cível, e assessora empresas em processo de cisão e incorporação, diluição parcial ou total de sociedade, tanto na área jurídica societária e tributária quanto nas questões contábeis. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Órgãos da Administração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO de 2027	Conselho de Administração (Suplente)		17/04/2025	Não	19/04/2023

Condenações

Tipo de Condenação: N/A	Descrição da Condenação: N/A
-------------------------	------------------------------

Nome: Luís Miguel Dias da Silva Santos CPF: 061.148.077-82 Passaporte: Nacionalidade: Portugal Profissão: Administrador de empresas Data de Nascimento: 07/12/1962

Experiência Profissional: Formação acadêmica em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, de Lisboa (Portugal). Foi Conselheiro e diretor Financeiro (CFO) do Grupo Somague em Portugal e diretor financeiro adjunto da Sacyr (Deputy CFO), na Espanha, até 2007. De 2007 a 2016 foi Conselheiro e diretor financeiro do grupo português SGC, tendo sido igualmente nesse período, após 2011, Presidente do Conselho de Administração da locadora Unidas, SA, no Brasil. Foi Conselheiro desde 2016 e é Presidente desde 2017 da Ascendi, SGPS, SA e suas subsidiárias, sociedade portuguesa controladora de 6 concessões de rodovias em Portugal (a Ascendi SGPS, SA é controlada pela Ardian/França que detém indiretamente uma participação na Ecorodovias). Em Portugal, atua ainda em outras em empresas do terceiro setor, como membro do conselho de administração ou gerente: na B4A Consultoria e Gestão S A; na Santa Casa Misericórdia Da Vila Da Chamusca; na Pbss - Gestão De Activos e Consultoria Administrativa e de Gestão Lda; e ainda na Galeria Arte S Mamede Ltda e na Fundação de Serralves. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Órgãos da Administração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO de 2027	Conselho de Administração (Suplente)		17/04/2025	Não	16/04/2019

Condenações

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
o: N/A	o: N/A

Nome:	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data	de
Marco	348.548.359-		Brasil	Engenheiro Civil	Nascimento:	
Antonio	15				28/05/1957	
Cassou						

Experiência Profissional: Formação acadêmica em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com mestrado em Administração pela Stanford University (Califórnia, EUA). Foi gerente de Produção da Alusan Indústrias Químicas; gerente de Produção da EBEC Engenharia Brasileira de Construções; engenheiro civil, co-responsável técnico, diretor comercial e presidente da CR Almeida S.A. Engenharia e Construções; diretor administrativo e financeiro e presidente da Britanite Indústrias Químicas; diretor administrativo e financeiro da Rochesa Tintas e Vernizes e presidente do Sindicato das Indústrias Químicas do Estado do Paraná. Membro do conselho de administração do Grupo CR Almeida. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Órgãos da Administração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO de 2027	Presidente do Conselho de Administração	Membro do Comitê de Inves., Finanças e Riscos e Coord. Do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança	17/04/2025	Sim	01/07/2002

Condenações

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data	de
Paolo	239.314.748-		Itália	Engenheiro	Nascimento:	
Pierantoni	95				09/12/1955	

Experiência Profissional: Possui bacharel em ciências em Engenharia pela Universidade de Gênova, Itália, obtido em 1982. Foi CEO da Autostrada Torino Savona S.p.A. (entre

novembro de 2012 e abril de 2017), Autocamionale della Cisa S.p.A. (entre março de 2001 e abril de 2017) e SALT p.a. (entre janeiro de 2002 e abril de 2017), bem como Vice-Presidente da AISCAT – Associação Italiana de Concessionárias de Rodovias e Túneis (entre abril de 2009 e dezembro de 2018). Foi diretor da Primav Infraestrutura S.A, Igli S.p.A. e Argo Finanziaria S.p.A. até abril de 2019 e da SIAS S.p.A (onde também foi CEO entre abril de 2009 e 2018 e Presidente de 2018 a dezembro de 2019). Atualmente, é CEO da Tangenziale Esterna S.p.A. e Tangenziali Esterne di Milano S.p.A, bem como presidente da SAV S.p.A. e SINA S.p.A. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Órgãos da Administração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO de 2027	Conselho de Administração (Suplente)		17/04/2025	Sim	16/12/2022

Condenações

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data	de
Ricardo Bisordi de Oliveira Lima	085.277.488-51		Brasil	Engenheiro Civil	Nascimento:	
					05/09/1966	

Experiência Profissional: Formação acadêmica em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com pós-graduação em Finanças na EPGE da FGV-RJ e em Administração de Empresas pela Universidade da Califórnia (Berkeley, EUA). O Sr. Ricardo Bisordi tem mais de 30 anos de experiência como executivo principal em companhias do setor de infraestrutura. Também se destaca como arquiteto e negociador de estruturas financeiras inovadoras que viabilizam megaprojetos bilionários. Desenvolvedor de estratégias de negócios inovadoras que proporcionam crescimento excepcional. Desde 1999 é membro do conselho e presidente de diversas empresas de aeroportos, rodovias, portos, petróleo e gás e varejo. Mentor comprovado de equipes de alto desempenho e investidor em empresas Startups. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Órgãos da Administração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO de 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro (e Coord.) do Comitê de Auditoria e Membro (e Coord.) do Comitê de Invest, Financ e Riscos	17/04/2025	Sim	19/09/2019

Condenações

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data	de
Sonia	091.199.808-09		Brasil	Jornalista	Nascimento:	
					16/05/1967	

Aparecida
Consiglio

Experiência Profissional: Jornalista e radialista, Sonia Consiglio atua com sustentabilidade, comunicação e investimento social privado há mais de vinte e cinco anos, com passagens por BankBoston, Febraban, Itaú Unibanco e B3. Foi reconhecida em 2016 pelo Pacto Global da ONU como "SDG Pioneer", uma das dez pessoas do mundo que trabalham pelo avanço dos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Conselheira de Administração e membro de Comitês de Sustentabilidade de várias organizações, é Líder da Rede Anbima de Sustentabilidade, membro do Comitê Consultivo do Movimento "Elas Lideram 2030" do Pacto Global da ONU no Brasil, do Conselho Consultivo da BrazilFoundation, do Conselho Técnico do Instituto Ekos Brasil e do Conselho Fiscal da Coalizão Brasil, Clima, Floresta e Agricultura. É colunista do Valor Investe, Top Voice de Sustentabilidade pelo LinkedIn e autora dos livros "#vivipraver - A história e as minhas histórias da sustentabilidade ao ESG" e "#sobrevivi - o que li, aprendi e vivi no meu luto", da Editora Heloísa Belluzzo. Foi Diretora da B3 e Presidente do Conselho Deliberativo do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial por dez anos (2009 – 2019), Vice-presidente do Conselho Consultivo do CDP (2018 – 2024), Presidente do Board da Rede Brasil do Pacto Global da ONU (2017 – 2019), Presidente do Conselho Consultivo da GRI Brasil (2020 – 2022) e membro do Stakeholder Council da GRI – Global Reporting Initiative, Amsterdam (2013 – 2015). Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Órgãos da
Administração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO de 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		17/04/2025	Sim	19/04/2023

Condenações

Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
N/A	N/A

Nome:	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data	de
Stefano	717.908.241-		Itália	Administrador	Nascimento:	
Mario	41			Financeiro	21/06/1976	
Giuseppe						
Viviano						

Experiência Profissional: É formado em Negócios e Administração pela Universidade Bocconi na Itália em 2000. Atuou como auditor na KPMG S.p.A entre setembro de 2000 e março de 2002, auditor interno sênior na Mediaset S.p.A entre março de 2002 e setembro de 2005, Gerente Financeiro na Argo Finanziaria S.p.A entre setembro de 2005 e julho de 2013 e Diretor Financeiro do Grupo e membro do Conselho da Argo Finanziaria S.p.A entre julho de 2013 e abril de 2018, membro do Conselho da ASTM S.p.A. entre abril de 2013 e novembro de 2018 e CFO da SIAS S.p.A entre abril de 2018 e dezembro de 2019. Desde janeiro de 2020 é Chefe de Finanças do Grupo ASTM e, desde agosto de 2016, CEO da Igli S.p.A. Além disso, atuou e ainda atua como membro do Conselho em diversas subsidiárias do Grupo ASTM (incluindo EcoRodovias Infraestrutura y Logística S.A.). Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Órgãos da Administração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		17/04/2025	Sim	16/11/2021

Condenações

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data	de
Stefano Mion	000.000.000-00		Itália	Administrador	Nascimento:	
					29/11/1976	

Experiência Profissional: Graduado em Administração na Università Commerciale Luigi Bocconi na Itália em 2000 e pós-graduado em MBA em administração de empresas pela The Wharton School of Business. Stefano foi/é membro do conselho de administração de empresas como a Autopista Vespucio, Norte Tunel San Cristobal, Skyline Renewables, ASTM, 2i Rete Gas, SEA Aeroporto de Milão e Ardian. Anteriormente, trabalhou na Merrill Lynch na European Leveraged Finance Team em Londres, no UBS Investment Bank em Milão na Corporate Finance Team após 3 anos passados no J.P. Morgan em Londres. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Órgãos da Administração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		17/04/2025	Sim	19/04/2023

Condenações

Tipo de Condenação: N/A	Descrição da Condenação: N/A
-------------------------	------------------------------

Nome:	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data de Nascimento:
Umberto Tosoni	717.936.361-84		Itália	Engenheiro Civil	04/03/1975

Experiência Profissional: Formado em Engenharia de Gestão pela Universidade Tor Vergata, Roma, com especialização em Planejamento de Transportes. Após iniciar sua carreira profissional na Texas Instruments, adquirindo experiências importantes na Itália e no exterior, ocupou diferentes cargos, começando pelo setor de tecnologia, onde em poucos anos se tornou CEO da Sinelec, o centro tecnológico do Grupo ASTM. Em seguida, passou para o setor de Concessionárias de Rodovias, ocupando o cargo de CEO da SATAP, Torino-Milano, Autostrada dei Fiori, Autostrada Asti Cuneo e SITAF Traforo del Frejus. Alcançou o cargo de CEO em 2018 da SIAS S.p.A., a holding do Grupo no setor, listada na Bolsa de Valores de Milão. Após a fusão por incorporação da SIAS na ASTM em dezembro de 2019, foi nomeado CEO da ASTM. Exerce o cargo de Vice-Presidente na AISCAT, a Associação de Empresas Concessionárias de Rodovias e Túneis na Itália. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Órgãos da Administração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	Até a AGO de 2027	Vice Presidente Cons. de Administração	Membro do Comitê de Investimentos, Finanças e Riscos e do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança.	17/04/2025	Sim	16/11/2021

Condenações

Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
N/A	N/A

Nome:	CPF: 935.221.858-20	Profissão:	Data	de
Sérgio		Administrador	Nascimento:	
Tuffy		empresas	30/03/1954	
Sayeg				

Experiência Profissional: Formado em administração de empresas e pós-graduado em mercado de capitais pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Professor em cursos de MBA, pós-graduação e educação executiva do Insper, da FIA Business School, do Ibmecc e de entidades do mercado financeiro e de capitais. Qualificado com Certificações por Experiência para Conselheiro de Administração, Conselheiro Fiscal e Comitê de Auditoria pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e, anteriormente, CNPI - Certificação Nacional do Profissional de Investimentos pela APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais e Certificação Profissional ANBIMA – série 20. Desde 1976, atua nos mercados financeiro, de capitais e corporativo, tendo trabalhado como executivo e diretor no Unibanco, Banco London Multiplic, Banco Safra, Seller DTVM, Banco Fibra, Dresdner Asset Management, Bolsa de Valores de São Paulo, SABESP – Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e FIRB – Financial Investor Relations. Membro Independente do Conselho de Administração da Oliveira Trust S.A. (2021 – atual). Conselheiro Fiscal da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (2018 - atual), do Banco Pine S.A. (2022 e 2024) e da Gafisa S.A. (2024). Membro dos Comitês de Auditoria Estatutários da Enauta Participações S.A. (2022 - 2024), do Grupo Educacional Multivix (2021 – 2024), da São Paulo Turismo S.A. (2018 - 2023), da Companhia de Engenharia de Tráfego (2018 - 2023) e do Banco GM S.A. - Chevrolet Serviços Financeiros (2012 – 2018). Conselheiro de Administração da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (2017) e da Lojas Salfer S.A. (2007 – 2009). Conselheiro Fiscal da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA (2018 - 2023), da CSU Digital S.A. (2008 – 2016, 2018 - 2021), da Enauta Participações S.A. (2014 – 2019, 2021), da Linx S.A. (2018 - 2021), da Eldorado Brasil Celulose S.A. (2017), da Cia. Providência Indústria e Comércio (2012 – 2015), da Marfrig Global Foods S.A. (2010 e 2012) e da CR Almeida S.A. Engenharia e Construções (2011– 2015). Membro do Audit Committee Institute da KPMG, do EY Board Members Program, do Deloitte Boardroom Program e das Comissões de Comunicação e Mercado de Capitais e dos Certificados do IBGC. Conselheiro de Administração (2003 – 2008) e vice-presidente da Comissão Internacional do IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Órgão da
Administração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2025	Até a AGO de 2026	Pres. C.F.Eleito p/Controlador		17/04/2025	Sim	18/04/2018

Nome: Paulo Sergio Aldrighi CPF: 032.144.798-06 Profissão: Engenheiro Mecânico Data de Nascimento: 03/01/1957

Experiência Profissional: Experiência Profissional: Engenheiro mecânico formado pela Faculdade de Engenharia Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP em 1980, com pós-graduação em Administração Financeira pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas Santana em 1982 e especialização em gestão esportiva pela Faculdade Trevisan e Brunoro e Cocco em 2002. Foi assessor do Departamento de Underwriting do Banco Itaú de Investimento S.A. de setembro de 1983 a maio de 1984, onde assessorou a divisão de contratação de operações e, posteriormente, até dezembro de 1985, Gerente de Underwriting. Posteriormente, até dezembro de 1991, atuou como Diretor Adjunto do Banco Multiplic S.A. e, de fevereiro de 1992 a janeiro de 1993, como Diretor Adjunto de Investimentos do Banco Investcorp S.A. Entre maio de 1993 a dezembro de 1994, atuou como Diretor Adjunto de Investimentos do Banco Atlantis S.A. Foi Diretor Adjunto de Mercado de Capitais no Banco Fibra S.A. entre janeiro de 1995 e fevereiro de 1999. Entre setembro de 1999 e novembro de 2001, foi Gerente de Corporate Finance no Bank of America Liberal S.A. Em dezembro de 2001, tornou-se consultor independente atuando em consultorias específicas para clubes de futebol profissional, com trabalhos desenvolvidos para a Ponte Preta, como Assessor da Presidência (planejamento e implementação de estratégias de negócios nas áreas de receitas potenciais), para o Coritiba Football Clube (análise do projeto de abertura de capital de empresa esportiva) e o Botafogo Futebol e Regatas (Business Plan das empresas esportivas idealizadas). Entre janeiro de 2004 e janeiro de 2006, foi Superintendente Geral/Liquidante da Bolsa de Valores Regional. Foi Gerente Regional da BM e FBOVSPA entre fevereiro de 2006 e janeiro de 2010. Tornou-se sócio da IGD Express Gráfica Digital Ltda. em março de 2011, permanecendo até julho de 2014. Foi Diretor Superintendente da Dentalmaster Comércio de Planos Odontológicos Ltda. de dezembro de 2014 a setembro de 2017. Foi Superintendente Administrativo da JN Maxi Corretora de Câmbio Ltda. de março de 2018 a setembro de 2019. Foi Membro do Conselho Fiscal (suplente) da CR Almeida S.A. Engenharia e Construções de 2011 a 2015. Atualmente, é consultor na Paldrx Consultoria Ltda e Membro do Conselho Fiscal da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. desde 2018. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

p/Minor.Ordi
naristas

Nome: Eduardo Georges Chehab CPF: 013.810.648-76 Profissão: Engenheiro Civil Data de Nascimento: 14/02/1955

Experiência Profissional: Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica-USP, pós-graduado em administração pela FGV e com MBA Finanças pelo Insper, tem atuado nos últimos dez anos em conselhos de administração e fiscal de empresas de capital aberto e fechado. Anteriormente, trabalhou durante mais de 30 anos no mercado financeiro, dos quais por 20 anos como executivo da área de crédito para pessoas jurídicas nos bancos ABN AMRO Real e WestLB e diretor de ratings e do score de governança corporativa na Standard and Poor's. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Órgão
da
Adminis
tração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2025	Até a AGO de 2026	C.F.(Suplente) Eleitor/Controlador		17/04/2025	Sim	18/04/2018

Nome: José Dimas Gurgel CPF: 651.320.848-34 Profissão: Tecnólogo Data de Nascimento: 24/04/1954

Experiência Profissional: Formado no Curso Superior de Tecnologia de Projetos pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo, com especialização em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie e em Controladoria pela FGV-SP. Atuou nas áreas de Custos e Controladoria de algumas divisões do Grupo Degussa e, participou de várias incorporações, cisões, aberturas e fechamentos de empresas do grupo, entre elas a Cerdec, Asta Médica, Dental, Coimpa, Clarex e Icomeq, com atuação nos segmentos de metalurgia de metais nobres, química, farmacêutica e Dental. Em 2000, participou ativamente na cisão da

unidade de metais preciosos da Degussa-Hulls com a criação da DMC2, que passou pelo grupo americano, OMG, e depois para o multinacional belga, Umicore, que o desenho inicial, concentrou suas atividades nas áreas de metalurgia e metaloquímica de metais preciosos, catalisadores automotivos, reciclagem, recuperação e refino de metais preciosos. Na Umicore atuou nas áreas de Custos e Controladoria e por algum período responsável pelas áreas de Orçamento, Planejamento e Logística do Brasil das unidades de Guarulhos e Manaus com suporte para a planta de Americana (SP), Joinville e da Argentina. E em 2018, dedicou-se exclusivamente ao complexo projeto de mudança da planta de Guarulhos para Americana (SP). É membro suplente do Conselho Fiscal da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A desde abril de 2019. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Órgão
da
Adminis
tração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2025	Até a AGO de 2026	C.F.(Suplente)Eleitor/Controlador		17/04/2025	Sim	16/04/2019

Nome: João Alberto Gomes Bernacchio CPF: 859.699.318-53 Profissão: Administrador de Empresas Data de Nascimento: 04/04/1956

Experiência Profissional: Formação acadêmica em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP. Foi membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., do Ecoporto Santos S.A e da Primav Infraestrutura S.A. Foi Diretor Presidente da Concessionária do Monotrilho da Linha 18 Bronze S.A. Foi Presidente da ABAMEC - Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais-SP e Vice Presidente da ABAMEC - Nacional; Membro do Conselho de Ética do IBRI - Instituto Brasileiro de Relações com Investidores; Membro do Conselho Superior de Auto Regulação da ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimentos; Diretor de Mercado de Capitais do IBEF-SP Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças; Membro do Subgrupo de trabalho - 4 do Banco Central do Brasil para assuntos financeiros do Mercosul; Membro do Comitê de Abertura de Capital da BOVESPA - Mais. Foi membro do Conselho de Administração da Cambuci S.A - Penalty; Conselho de Administração da IBQ - Indústrias Químicas S.A.; Conselho Fiscal da Lacta S.A. Industria de Chocolates. Foi membro do Conselho Fiscal da Locaweb Serviços de Internet S.A. e da

Enauta S.A. Atuou como executivo em vários bancos e empresas, como Itaú, First Chicago-Denasa, Citibank N.A., Schahin Cury, Ford do Brasil, Ecorodovias e Grupo CR Almeida. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Órgão da Administração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2025	Até a AGO de 2026	C.F.(Suplente) Eleito p/Minor.Ordinaristas		17/04/2025	Não	27/04/2022

Condenações

Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
N/A	N/A

7.4 - Composição dos comitês

Nome:	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data de Nascimento:
Alberto Gargioni	717.914.471-12		de: Itália	Administrador	11/07/1972

Experiência Profissional: Formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Bocconi na Itália em 1996 e concluiu um MBA pela escola de negócios do Politecnico (POLIMI GSoM) na Itália em 1999. Trabalhou como auditor na KPMG a partir de 1996 e, após o MBA, mudou-se para a Lazard, onde ocupou diversos cargos em banco de investimento, alcançando a posição de Diretor. Atuou como Diretor Executivo e Sócio em banco de investimento na Leonardo & Co. entre 2006 e 2015, e então tornou-se Chefe de Fusões e Aquisições para a Europa Continental (Itália, França e Alemanha) no Santander Corporate and Investment Banking entre 2015 e 2019. Trabalhou como Diretor Financeiro da Nuova Argo Finanziaria S.p.A entre maio de 2019 e setembro de 2020 e, em setembro de 2020, o Sr. Gargioni foi nomeado Diretor Financeiro do Grupo ASTM. Atualmente, atua também como Membro do Conselho em várias subsidiárias do Grupo ASTM. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Comitês:

Tipo de Comitê	Cargo Ocupado	Data de Posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2023	Até a AGO de 2025	Membro do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança		09/05/2023	Sim	29/09/2022

Condenações

Tipo de Condenação:	Descrição da Condenação:
N/A	N/A

Nome: Luís Miguel Dias da Silva Santos CPF: 061.148.077-82 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profissão: Administrador de empresas Data de Nascimento: 07/12/1962

Experiência Profissional: Formação acadêmica em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, de Lisboa (Portugal). Foi Conselheiro e diretor Financeiro (CFO) do Grupo Somague em Portugal e diretor financeiro adjunto da Sacyr (Deputy CFO), na Espanha, até 2007. De 2007 a 2016 foi Conselheiro e diretor financeiro do grupo português SGC, tendo sido igualmente nesse período, após 2011, Presidente do Conselho de Administração da locadora Unidas, SA, no Brasil. Foi Conselheiro desde 2016 e é Presidente desde 2017 da Ascendi, SGPS, SA e suas subsidiárias, sociedade portuguesa controladora de 6 concessões de rodovias em Portugal (a Ascendi SGPS, SA é controlada pela Ardian/França que detém indiretamente uma participação na Ecorodovias). Em Portugal, atua ainda em outras em empresas do terceiro setor, como membro do conselho de administração ou gerente: na B4A Consultoria e Gestão S A; na Santa Casa Misericórdia Da Vila Da Chamusca; na Pbss - Gestão De Activos e Consultoria Administrativa e de Gestão Lda; e ainda na Galeria Arte S Mamede Ltda e na Fundação de Serralves. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Comitês:

Tipo de Comitê	Tipo Auditoria	Cargo Ocupado	Data de Posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/03/2024	Até a AGO de 2025	Membro Comitê de Investimentos, Finanças e Riscos		12/03/2024	Sim	12/03/2024

Condenações

Tipo de Condenação: N/A
 Descrição da Condenação: N/A

Nome:	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data de Nascimento:
Marco Antonio Cassou	348.548.359-15		Brasil	Engenheiro Civil	28/05/1957

Experiência Profissional: Formação acadêmica em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com mestrado em Administração pela Stanford University (Califórnia, EUA). Foi gerente de Produção da Alusan Indústrias Químicas; gerente de Produção da EBEC Engenharia Brasileira de Construções; engenheiro civil, co-responsável técnico, diretor comercial e presidente da CR Almeida S.A. Engenharia e Construções; diretor administrativo e financeiro e presidente da Britanite Indústrias Químicas; diretor administrativo e financeiro da Rochesa Tintas e Vernizes e presidente do Sindicato das Indústrias Químicas do Estado do Paraná. Membro do conselho de administração do Grupo CR Almeida. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Comitês:

Tipo de Comitê	Tipo Auditoria	Cargo Ocupado	Data de Posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2023	Até a AGO de 2025	Coord. Comitê de Gestão de Pessoas e Governança e Membro Comitê de Investimentos, Finanças e Riscos		09/05/2023	Sim	28/08/2013

Condenações

Tipo de Condenação: N/A	Descrição da Condenação: N/A
-------------------------	------------------------------

Nome:	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data de Nascimento:
Ricardo Bisordi de Oliveira Lima	085.277.488-51		Brasil	Engenheiro Civil	05/09/1966

Experiência Profissional: Formação acadêmica em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com pós-graduação em Finanças na EPGE da FGV-RJ e em Administração de Empresas pela Universidade da Califórnia (Berkeley, EUA). O Sr. Ricardo Bisordi tem mais de 30 anos de experiência como executivo principal em companhias do setor de infraestrutura. Também se destaca como arquiteto e negociador de estruturas financeiras inovadoras que viabilizam megaprojetos bilionários. Desenvolvedor de estratégias de negócios inovadoras que proporcionam crescimento excepcional. Desde 1999 é membro do conselho e presidente de diversas empresas de aeroportos, rodovias, portos, petróleo e gás e varejo. Mentor comprovado de equipes de alto desempenho e investidor em empresas Startups. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Comitês:

Tipo de Comitê	Tipo Auditoria	Cargo Ocupado	Data de Posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2023	Até a AGO de 2025	Coordenador dos Comitês de Auditoria e de Investimentos, Finanças e Riscos		09/05/2023	Sim	01/10/2019

Condenações

Tipo de Condenação: N/A	Descrição da Condenação: N/A
-------------------------	------------------------------

Nome:	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data de Nascimento:
Umberto Tosoni	717.936.361-84		Brasil	Engenheiro Civil	04/03/1975

Experiência Profissional: Formado em Engenharia de Gestão pela Universidade Tor Vergata, Roma, com especialização em Planejamento de Transportes. Após iniciar sua carreira profissional na Texas Instruments, adquirindo experiências importantes na Itália e no exterior, ocupou diferentes cargos, começando pelo setor de tecnologia, onde em poucos anos se tornou CEO da Sinelec, o centro tecnológico do Grupo ASTM. Em seguida, passou para o setor de Concessionárias de Rodovias, ocupando o cargo de CEO da SATAP, Torino-Milano, Autostrada dei Fiori, Autostrada Asti Cuneo e SITAF Traforo del Frejus. Alcançou o cargo de CEO em 2018 da SIAS S.p.A., a holding do Grupo no setor, listada na Bolsa de Valores de Milão. Após a fusão por incorporação da SIAS na ASTM em dezembro de 2019, foi nomeado CEO da ASTM. Exerce o cargo de Vice-Presidente na AISCAT, a Associação de Empresas Concessionárias de Rodovias e Túneis na Itália. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Comitês:

Tipo de Comitê	Tipo Auditoria	Cargo Ocupado	Data de Posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2023	Até a AGO de 2025	Membro do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança, e do Comitê de Investimentos, Finanças e Riscos		09/05/2023	Sim	25/05/2022

Condenações

Tipo de Condenação: N/A	Descrição da Condenação: N/A

7.5 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação familiar com os administradores do emissor e administradores de controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indireto.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2024			
Administrador do Emissor			
Beniamino Gavio	239.357.708-47	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IGLI S.p.A	24.025.589/0001-40		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Beniamino Gavio	239.357.708-47	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Nuova Argo Finanziaria S.p.A.			
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Beniamino Gavio	239.357.708-47	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ASTM SPA			
Membro do Conselho de Administração	N/A	Estrangeiro(a) - Itália	
Observação			

Administrador do Emissor			
Beniamino Gavio	239.357.708-47	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
AURELIA SRL			
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Estrangeiro(a) - Itália	
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Umberto Tosoni	717.936.361-84	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Igli do Brasil Participações Ltda	39.290.153/0001-56		
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Umberto Tosoni	717.936.361-84	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IGLI S.p.A	24.025.589/0001-40		
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Umberto Tosoni	717.936.361-84	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada			
ASTM S.p.A.			
Diretor Presidente	0001	Estrangeiro(a) - Itália	
Observação			
Administrador do Emissor			
Umberto Tosoni	717.936.361-84	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Nuova Argo Finanziaria S.p.A.			
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Stefano Mario Giuseppe Viviano	717.908.241-41	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IGLI S.p.A	24.025.589/0001-40		
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Stefano Mario Giuseppe Viviano	717.908.241-41	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ASTM S.p.A.			
Diretor Financeiro	0001	Estrangeiro(a) - Itália	
Observação			
Administrador do Emissor			

Stefano Mario Giuseppe Viviano	717.908.241-41	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Igli do Brasil Participações Ltda	39.290.153/0001-56		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
ALBERTO GARGIONI	717.914.471-12	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Estrangeiro(a) - Itália	
Pessoa Relacionada			
ASTM S.p.A.			
Diretor Financeiro	0001	Estrangeiro(a) - Itália	
Observação			
Administrador do Emissor			
ALBERTO GARGIONI	717.914.471-12	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Estrangeiro(a) - Itália	
Pessoa Relacionada			
IGLI S.p.A	24.025.589/0001-40		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2023			
Administrador do Emissor			

Beniamino Gavio	239.357.708-47	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IGLI S.p.A	24.025.589/0001-40		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Beniamino Gavio	239.357.708-47	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Nuova Argo Finanziaria S.p.A.			
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Beniamino Gavio	239.357.708-47	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
AURELIA SRL			
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Estrangeiro(a) - Itália	
Observação			
Administrador do Emissor			
Umberto Tosoni	717.936.361-84	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Igli do Brasil Participações Ltda	39.290.153/0001-56		

Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Umberto Tosoni	717.936.361-84	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IGLI S.p.A	24.025.589/0001-40		
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Umberto Tosoni	717.936.361-84	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ASTM S.p.A.			
Diretor Presidente	0001	Estrangeiro(a) - Itália	
Observação			
Administrador do Emissor			
Stefano Mario Giuseppe Viviano	717.908.241-41	Subordinação	Controlador Indireto
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IGLI S.p.A	24.025.589/0001-40		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) – Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
ALBERTO GARGIONI	717.914.471-12	Subordinação	Controlador Indireto
Diretor Financeiro	N/A	Estrangeiro(a) - Itália	

Pessoa Relacionada			
ASTM S.p.A.			
Diretor Financeiro	0001	Estrangeiro(a) - Itália	
Observação			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2022			
Administrador do Emissor			
Beniamino Gavio	239.357.708-47	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IGLI S.p.A	24.025.589/0001-40		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Beniamino Gavio	239.357.708-47	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Nuova Argo Finanziaria S.p.A.			
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Beniamino Gavio	239.357.708-47	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada			
AURELIA SRL			
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Estrangeiro(a) - Itália	
Observação			
Administrador do Emissor			
Umberto Tosoni	717.936.361-84	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Igli do Brasil Participações Ltda	39.290.153/0001-56		
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Umberto Tosoni	717.936.361-84	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IGLI S.p.A	24.025.589/0001-40		
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Umberto Tosoni	717.936.361-84	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ASTM S.p.A.			
Diretor Presidente	0001	Estrangeiro(a) - Itália	
Observação			

Administrador do Emissor			
Stefano Mario Giuseppe Viviano	717.908.241-41	Subordinação	Controlador Indireto
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IGLI S.p.A	24.025.589/0001-40		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
ALBERTO GARGIONI	717.914.471-12	Subordinação	Controlador Indireto
Diretor Financeiro	N/A	Estrangeiro(a) - Itália	
Pessoa Relacionada			
ASTM S.p.A.			
Diretor Financeiro	0001	Estrangeiro(a) - Itália	
Observação			

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ nº 04.149.454/0001-80

NIRE 353.001.819.48

ANEXO VI

**ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES)**

(conforme artigo 13, inciso II, da Resolução CVM 81)

8.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e local onde o documento pode ser consultado

Em 24 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a política de remuneração ("**Política de Remuneração**"). A Política de Remuneração é aplicável aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal (caso instalado), e aos membros do Comitê de Auditoria e demais comitês de assessoramento estatutários ou não estatutários ("**Pessoas Sujeitas à Política**").

O objetivo da Política de Recursos Humanos da EcoRodovias é garantir consonância com normas, legislação e regulamentos que disciplinam o assunto, tendo como base: (i) responsabilidades do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária, considerando suas respectivas abrangências de atuação; (ii) nas competências e reputação dos executivos, tendo em vista sua qualificação e experiência profissional; (iii) no tempo dedicado às suas atividades e (iv) no valor dos seus serviços no mercado.

A remuneração das Pessoas Sujeitas à Política de Remuneração é compatível com as melhores práticas observadas pelo nosso mercado de atuação, o que contribui para a atração e a retenção de profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções.

Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento

Os membros do Conselho de Administração e membros dos Comitês de Assessoramento, efetivos ou suplentes, fazem jus a uma remuneração fixa relativa ao desempenho da respectiva função, independentemente do número de reuniões em que participam. Esta remuneração será definida considerando a prática de mercado, com dados obtidos por meio de pesquisas anuais realizadas por consultorias especializadas e deverá ser proporcional às atribuições, responsabilidades e demanda de tempo.

Os membros do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento não fazem jus a nenhum tipo de benefício direto ou indireto ou a remunerações variáveis de curto e longo prazo.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária é composta por: (i) Remuneração fixa; (ii) Remuneração variável de curto prazo ("**PPR**" ou "**Programa de Participação nos Resultados**"); (iii) Remuneração variável de longo prazo ("**PSO**" ou "**Phantom Stock Options**" e "**PRS**" "**Phantom Restricted Stock**"); (iv) Benefícios (i.e. Assistência Médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida em

Grupo, Check-up bianual e Previdência Privada. Em casos excepcionais, poderá ser concedido Auxílio Moradia ou outros benefícios específicos, com a recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança, e posterior aprovação do Conselho de Administração); e (v) Eventuais pagamentos extraordinários, decorrentes de eventos excepcionais ou não previstos, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração.

A remuneração fixa dos diretores é determinada considerando a complexidade e responsabilidades da função exercida, práticas de mercado analisadas por meio de pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas e reajustes anuais, conforme o mercado, desempenho individual, potencial do Executivo, experiência/conhecimento adquirido e necessidade de retenção.

O Programa de Participação nos Resultados ("**PPR**") é a distribuição de uma parcela do resultado econômico-financeiro gerado, que é executado desde que exista resultado econômico-financeiro positivo e de acordo com a meta estabelecida para cada ano. O integrante tem que contribuir com a formação desse resultado através do cumprimento de suas respectivas metas. O PPR segue as etapas de Planejamento, Acompanhamento, Avaliação e Pagamento.

O inteiro teor da Política de Remuneração poderá ser consultado no site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.ecorodovias.com.br/>) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (<https://sistemas.cvm.gov.br/>), na categoria Política de Remuneração.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração fixa a remuneração individual dos membros da administração, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral e o Comitê de Gestão de Pessoas e Governança participa do processo decisório através de reuniões para recomendação da remuneração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

São realizadas pesquisas salariais de mercado com abrangência nacional através de consultorias especializadas no tema. A partir das pesquisas, são realizadas análises comparativas e de equidade interna, que subsidiam a recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança, para posterior aprovação do Conselho de Administração.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política

de remuneração do emissor

A adequação à política de remuneração é realizada anualmente comparando com as práticas de mercado, recomendada pelo Comitê de Gestão de Pessoas e Governança e aprovada pelo Conselho de Administração.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles

• seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Em 17 de abril de 2024, foi realizada Assembleia Geral Ordinária da Companhia que fixou a remuneração anual global dos nossos administradores para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 no valor total de R\$ 28.838.088,72 (vinte e oito milhões, oitocentos e trinta e oito mil, oitenta e oito reais e setenta e dois centavos), composto por remuneração Fixa, Remuneração Variável de Curto Prazo, Remuneração Variável de Longo Prazo e Benefícios.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho da Administração (efetivos e suplentes) possuem a seguinte remuneração:

- i.** remuneração mensal fixa (12x), relativa ao desempenho da respectiva função, independentemente do número de reuniões e/ou presença do Conselheiro;
- ii.** remuneração mensal fixa por Comitê (12x), relativa à participação em Comitês Estatuários, independentemente do número de reuniões e/ou presença do Conselheiro.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria da Companhia possuem as seguintes remunerações:

- i.** remuneração mensal fixa por 13 (treze) salários, pagos mensalmente e abono de férias;
- ii.** remuneração variável de curto prazo (anual), i.e. Programa de Participação nos Resultados, vinculada ao cumprimento de metas empresariais e individuais, de acordo com o contrato de metas estabelecido;
- iii.** remuneração variável de longo prazo de acordo com os Planos Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock (desde 2015 são realizadas outorgas anuais);
- iv.** benefícios diretos/indiretos: assistência médica, seguro de vida em grupo, previdência privada;

- v. remuneração extraordinária em razão de fato ou resultado excepcional favorável à Companhia, alcançado pela diretoria conjunta ou individualmente, desde que avaliado pelo Comitê de Gestão de Pessoas e Governança e aprovado pelo Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho da Fiscal (efetivos e suplentes) possuem a seguinte remuneração:

- i. remuneração mensal fixa (12x), relativa ao desempenho da respectiva função, independentemente do número de reuniões e/ou presença do Conselheiro;
- ii. remuneração mensal fixa por Comitê (12x), relativa à participação em Comitês Estatutários, independentemente do número de reuniões e/ou presença do Conselheiro.

Comitês de Assessoramento

Os membros dos Comitês de Assessoramento possuem remuneração mensal fixa por Comitê (12x), relativa à participação em Comitês Estatutários, independentemente do número de reuniões e/ou presença do Conselheiro.

Alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

A política de Remuneração da Companhia se alinha com os interesses de curto, médio e longo prazo na medida em que atrela a Diretoria a metas financeiras, metas internas de resultados de Companhia e metas individuais, todas voltadas ao plano de negócios.

A remuneração baseada ou referenciadas em ações permitem o alinhamento de interesses dos administradores a longo prazo.

• sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024				
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa <i>(Salário e Pró Labore)</i>	75,33%	47,60%	100,00%	100,00%
Remuneração Fixa <i>(Benefícios diretos e indiretos)</i>	-	7,41%	-	-

Remuneração por Participação em Comitês	24,67%	-	-	-
Outros¹ <i>(Remuneração Fixa)</i>	-	-	-	-
Remuneração Variável <i>(Bônus Anual)</i>	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	2,93%	-	-
Participação nos Resultados	-	42,07%	-	-
Outros² <i>(Remuneração Variável)</i>	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023				
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa <i>(Salário e Pró Labore)</i>	76,23%	38,91%	100,00%	100,00%
Remuneração Fixa <i>(Benefícios diretos e indiretos)</i>	-	6,11%	-	-
Remuneração por Participação em Comitês	23,77%	-	-	-
Outros <i>(Remuneração Fixa)</i>	-	-	-	-
Remuneração Variável <i>(Bônus Anual)</i>	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	23,16%	-	-
Participação nos Resultados	-	31,83%	-	-

Outros <i>(Remuneração Variável)</i>	-	-	-	-
--	---	---	---	---

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022				
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa <i>(Salário e Pró Labore)</i>	79,79%	41,09%	100,00%	100,00%
Remuneração Fixa <i>(Benefícios diretos e indiretos)</i>	-	5,50%	-	-
Remuneração por Participação em Comitês	20,21%	-	-	-
Outros <i>(Remuneração Fixa)</i>	-	-	-	-
Remuneração Variável <i>(Bônus Anual)</i>	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-5,28%	-	-
Participação nos Resultados	-	22,97%	-	-
Outros <i>(Remuneração Variável)</i>	-	-	-	-

• ***sua metodologia de cálculo e de reajuste***

O montante global da remuneração da administração da Companhia (Conselho de Administração, Fiscal e Diretoria) é fixado em Assembleia Geral Ordinária, cabendo ao Conselho de Administração individualizar o valor destinado à Diretoria.

Todos os elementos da remuneração de Conselheiros e Diretores, bem como as políticas que os determinam, são propostos e gerenciados pela área de Recursos Humanos da Companhia e são

submetidos à avaliação do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança e deliberados pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Pessoas e Governança e o Conselho Administrativo são os órgãos responsáveis pela avaliação dos administradores da Companhia e a consequente remuneração devida a cada um deles nos termos da Política de Remuneração da Companhia. Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado. Além disso, anualmente reajustamos os salários com base na inflação do período estipulado em acordo coletivo e/ou sobre análises das pesquisas de mercado subsidiadas pela consultoria de remuneração Willis Towers Watson.

A área de Recursos Humanos apoia-se em consultoria de remuneração especializada e de atuação global, tanto para definir o valor relativo das posições (avaliação do cargo) quanto para buscar valores de referência de mercado. O mercado que define os valores de referência é composto de companhias de porte semelhante à da Ecorodovias, com atuação nacional ou global, atuantes na atividade de concessões e correlatas, ou ainda, concorrentes potenciais pelos mesmos profissionais.

Em caráter excepcional, poderá ocorrer remuneração extraordinária em razão de fato ou resultado excepcional favorável à Companhia desde que avaliado pelo Comitê de Gestão de Pessoas e Governança e aprovado pelo Conselho de Administração.

No ciclo anual do planejamento estratégico são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que, por sua vez, são desdobrados por toda a organização sob forma de metas financeiras das operações de negócios, das unidades e individuais. As metas são desafiadoras e estimulam a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A remuneração está estruturada de tal forma que parte significativa é composta de parcela variável, cujo pagamento está vinculado à geração de EBITDA e Lucro Líquido e à realização das metas e dos desafios individuais.

A Remuneração Variável de Curto Prazo (anual) dos diretores é estruturada como segue:

- Metas Empresariais (EBITDA, LUCRO LÍQUIDO e ESG): 60% ou 70%
- Metas Específicas (Operacionais, Financeiras, Projetos, entre outras): 40% ou 30%

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e Comitês é definida considerando desempenho da respectiva função, independentemente do número de reuniões em que participam. Esta remuneração será definida considerando a prática de mercado, com dados obtidos por meio de pesquisas anuais realizadas por consultorias especializadas e deverá ser proporcional às atribuições, responsabilidades e demanda de tempo

A determinação da remuneração fixa dos membros da Diretoria Estatutária considera a complexidade e responsabilidades da função exercida, práticas de mercado analisadas por meio de pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas e reajustes anuais, conforme o mercado, desempenho

individual, potencial do Executivo, experiência/conhecimento adquirido e necessidade de retenção.

• principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

O incentivo de curto prazo é determinado pela geração de caixa (EBITDA), Lucro Líquido e pelo resultado da avaliação de desempenho individual, que leva em consideração as metas individualmente traçadas de acordo com as responsabilidades e atribuições de cada executivo bem como a forma como são alcançadas.

Remuneração Variável de Longo Prazo: o indicador de desempenho é a valorização da ação da Companhia (ECOR3), em razão dos Planos Phantom Stock Options e do Phantom Restricted Stock.

Remuneração Extraordinária: o indicador é o resultado excepcional favorável à Companhia, conforme reconhecido pelo Conselho de Administração.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Esta composição equilibra o foco no curto (fixo), médio (incentivo de curto prazo) e longo prazo (incentivo de longo prazo). Ao mesmo tempo que a remuneração fixa busca seguir as práticas de mercado, o peso relativo dos incentivos de curto e longo prazo visam estimular a geração de resultados sustentáveis. Boa parte dos ganhos está vinculada à entrega de resultados e à valorização da Companhia, alinhando os interesses dos administradores aos dos acionistas.

Conforme exposto no item (i) acima, a composição da remuneração nesse modelo visa:

Remuneração Fixa, conforme o caso: Reconhecer o valor do cargo internamente e no mercado, atrair profissionais com o perfil desejado.

Remuneração Variável de Curto Prazo: Vincular uma parcela da remuneração a superação de objetivos e resultados do negócio, promover a cultura de remuneração por desempenho.

Remuneração Variável de Longo Prazo: Alinhamento de interesses na criação de valor no longo prazo, retenção de executivos de qualidade.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia renunciaram a respectiva remuneração devida em razão de não serem residentes no Brasil: (i) STEFANO MION; e (ii) LUIS MIGUEL DIAS DA SILVA SANTOS.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conforme previsto no item 8.2, havia um rateio da remuneração dos administradores entre a Companhia e sua subsidiária integral – a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. até o ano de 2022. O rateio não se aplica mais a partir do ano de 2023.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia

Exceto pelos eventos descritos no item 8.4, não há qualquer outra remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários na Companhia.

8.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,00	5,00	6,00	23,00
Nº de membros remunerados	10,00	5,00	6,00	21,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.924.564,73	8.328.258,07	824.680,03	14.077.502,83
Benefícios direto e indireto	-	554.434,83	-	554.434,83
Participações em comitês	1.376.692,26	-	-	1.376.692,26
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-

Participação de resultados	-	8.181.938,26	-	8.181.938,26
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	811.950,57	-	811.950,57
Cessaçãodo cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	3.475.008,46	-	3.475.008,46

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/2025, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/2025, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/2025, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/2025, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	6.301.256,99	21.351.590,19	824.680,03	28.477.527,21

Nota: As informações supracitadas, 8.2 Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais, não contemplam encargos sociais, em linha com a orientação contida no Ofício Circular/Anual 2025 CVM/SEP.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,00	5,00	6,00	23,00
Nº de membros remunerados	10,00	5,00	6,00	21,00
Remuneração fixa anual				

Salário ou pró-labore	3.810.656,00	7.742.905,68	741.722,99	12.295.284,67
Benefícios direto e indireto	-	496.621,56	-	496.621,56
Participações em comitês	1.247.867,44	-	-	1.247.867,44
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações fixas				0,00
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	0,00
Participação de resultados	-	6.842.315,76	-	6.842.315,76
Participação em reuniões	-	-	-	0,00
Comissões	-	-	-	0,00
Outros	-	-	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	0,00
Pós-emprego	-	708.154,63	-	708.154,63

Cessação do cargo	-	-	-	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	-	475.843,92	-	475.843,92
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /2025, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /2025, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /2025, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /2025, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	5.058.523,44	16.265.841,55	741.722,99	22.066.087,98

Nota: As informações supracitadas, 8.2 Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais, não contemplam encargos sociais, em linha com a orientação contida no Ofício Circular/Anual 2025 CVM/SEP.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,75	5,00	6,00	23,75
Nº de membros remunerados	9,92	5,00	6,00	20,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.651.139,49	6.606.283,59	689.336,93	10.946.760,01
Benefícios direto e indireto	-	406.886,01	-	406.886,01
Participações em comitês	1.138.749,19	-	-	1.138.749,19
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	5.403.733,93	-	5.403.733,93
Participação em	-	-	-	-

reuniões				
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	630.294,30	-	630.294,30
Cessaçãodo cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	3.932.039,62	-	3.932.039,62
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /2025, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /2025, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /2025, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /2025, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	4.789.888,68	16.979.237,45	689.336,93	22.458.463,06

Nota 1: Em 2023, em decorrência da nova composição da Diretoria da Ecorodovias Infraestrutura e Logística aprovada em reunião de Conselho de Administração em 28/07/2022, não foi previsto rateio de custos entre a Ecorodovias Infraestrutura e Logística e suas Controladas.

Nota 2: As informações supracitadas, 8.2 Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2023

- Valores Anuais, não contemplam encargos sociais, em linha com a orientação contida no Ofício Circular/Anual 2025 CVM/SEP.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,50	3,33	6,00	20,83
Nº de membros remunerados	9,50	3,33	6,00	18,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.235.163,50	1.954.357,83	659.232,00	5.848.753,33
Benefícios direto e indireto	-	94.345,92	-	94.345,92
Participações em comitês	819.441,33	-	-	819.441,33
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	-	1.949.099,23	-	1.949.099,23

Participação de resultados	-	982.782,00	-	982.782,00
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-287.022,02	-	-287.022,02
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Incentivo de Longo Prazo	-	-
Pós-emprego	-	138.326,41	-	138.326,41
Cessaçãodo cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/2025, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/2025, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/2025, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/2025, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneraç	4.054.604,83	4.831.889,37	659.232,00	9.545.726,20

ão			
----	--	--	--

Nota 1: Rateio no valor de R\$ 6.977.835,19 entre Ecorodovias Infraestrutura e Logística e Ecorodovias Concessões e Serviços. Valor a reconhecer na Empresa Ecorodovias Concessões e Serviços.

Nota 2: As informações supracitadas, 8.2 Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais, não contemplam encargos sociais, em linha com a orientação contida no Ofício Circular/Anual 2025 CVM/SEP.

8.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício Social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025 (previsto)				
<i>(em R\$ mil, exceto número de Administradores)</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12	5	6	23
Nº total de membros remunerados	10	5	6	21
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	3.995.160,00	-	3.995.160,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	9.987.900,00	-	9.987.900,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	6.658.600,00	-	6.658.600,00

Nota 1: Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2025 CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Nota 2: Em 2025, não há rateio entre Ecorodovias Infraestrutura e Logística e Ecorodovias Concessões e Serviços.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024				
<i>(em R\$ mil, exceto número de Administradores)</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12	5	6	23
Nº total de membros remunerados	10	5	6	21
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	3.671.215,68	-	3.671.215,68
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	9.178.039,20	-	9.178.039,20
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	6.118.692,80	-	6.118.692,80

Nota 1: Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2025 CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Nota 2: Em 2024, não há rateio entre Ecorodovias Infraestrutura e Logística e Ecorodovias Concessões e Serviços.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023				
<i>(em R\$ mil, exceto número de Administradores)</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,75	5	6	23,75
Nº total de membros remunerados	9,92	5	6	20,92
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.326.008,99	-	1.326.008,99
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	6.630.044,96	-	6.630.044,96
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	5.403.733,93	-	5.403.733,93
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos últimos 3 exercícios sociais ^{2 e 3}	-	8.853.020,23	-	982.782,00

Nota 1: Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2025 CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Nota 2: Em 2023, não haverá rateio entre Ecorodovias Infraestrutura e Logística e Ecorodovias Concessões e Serviços.

Nota 3: No Item: "Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais", foi incluído o valor previsto em 2023, uma vez que os demais quadros constam os anos anteriores

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022				
<i>(em R\$ mil, exceto número de Administradores)</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros ¹	11,50	3,33	6,00	20,83
Nº total de membros remunerados	9,50	3,33	6,00	18,83
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.949.099,23	-	1.949.099,23
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.949.099,23	-	1.949.099,23
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	1.949.099,23	-	1.949.099,23
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos últimos 3 exercícios sociais	-	1.949.099,23	-	1.949.099,23
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	219.025,50	-	219.025,50

Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.095.127,50	-	1.095.127,50
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	730.085,00	-	730.085,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos últimos 3 exercícios sociais ^{2 e 3}	-	982.782,00	-	982.782,00

Nota 1: Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Nota 2: PPR 2022: R\$ 2.507.862,00 (Rateio entre Ecorodovias Infraestrutura e Logística/Ecorodovias Concessões e Serviços, lançado R\$ 982.782,00 na Ecorodovias Infraestrutura e Logística e lançado R\$ 1.525.080,00 na Ecorodovias Concessões e Serviços).

Nota 3: No Item: "Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais", foi incluído o valor realizado em 2022, uma vez que os demais quadros constam os anos anteriores

8.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

Plano de Incentivo de Longo Prazo – *Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stocks*

O Plano de Incentivo de Longo Prazo – Phantom Stock Options ("**Plano de Incentivo PSO**") e o Plano de Incentivo de Longo Prazo – Phantom Restricted Stock ("**Plano de Incentivo PRS**") e, em conjunto com o Plano de Incentivo PSO, simplesmente "**Planos**") estabelecem os termos e condições de outorga de unidades de natureza de prêmio financeiro lastreadas em cotações de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Opções**").

Os Planos não têm natureza de plano de opção de compra de ações nos termos do art. 168, §3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou um plano de ações restritas nos termos praticados pelo mercado e, conseqüentemente, não haverá entregas de ações da Companhia e/ou compensações financeiras por compra e venda de ações da Companhia aos Beneficiários.

Administração dos Planos

Ambos os Planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, auxiliado pelo Comitê de Gestão de Pessoas e Governança ("**Comitê**") da Companhia, com competência exclusiva para:

- escolher os Beneficiários, determinar e outorgar as Opções a cada Beneficiário e aprovar o modelo padrão do respectivo contrato de outorga de opções, a ser celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário, com os ajustes necessários caso a caso ("**Contrato de Outorga**");
- definir os termos e condições gerais e particulares para cada Opção outorgada, tais como o preço do exercício ou de outorga das Opções, formas de pagamento, prazos e demais condições para o exercício das Opções e pagamento dos valores nelas previstos;
- modificar as condições das Opções outorgadas aos Beneficiários quando necessário para adequá-las aos termos da legislação aplicável, normas ou regulamentos supervenientes, podendo o Comitê recomendar ao Conselho de Administração a alteração do Plano de Incentivo ou o Conselho de Administração fazê-la diretamente;
- tomar todas as medidas necessárias e adequadas à administração do Plano de Incentivo, inclusive quanto à sua interpretação e resolução de dúvidas ou conflitos entre os Planos, os Contratos de Outorga e as opções outorgadas aos Beneficiários, decidindo ainda sobre casos omissos, detalhando e aplicando as diretrizes estabelecidas em cada um dos Planos; e
- outorgar poderes para que o Diretor Presidente e/ou Diretor Executivo de Gestão de Pessoas da Companhia, conforme o caso, operacionalizem todos os documentos e instrumentos necessários para a implementação dos Planos, dos Contratos de Outorga e das Opções a serem outorgadas,

exercidas ou canceladas durante a vigência dos Planos, autorizando os diretores estatutários da Companhia a firmar os Contratos de Outorga com os Beneficiários, realizar o pagamento de quantias em dinheiro para satisfazer os exercícios das Opções.

O Conselho de Administração deverá sempre observar, previamente à outorga de qualquer Opção a qualquer Beneficiário, se os acionistas da Companhia aprovaram (ou aprovarão) em Assembleia Geral um valor de remuneração global para os administradores da Companhia que compreenda também, além de outras verbas e benefícios a serem pagos, no mínimo, o valor de exercício das Opções a serem exercidas pelos diretores estatutários no respectivo exercício social. A outorga de qualquer Opção pelo Conselho de Administração a qualquer diretor estatutário estará, desta forma, vinculada diretamente a sua respectiva parcela de remuneração global aprovada (ou a ser aprovada) em Assembleia Geral de acionistas da Companhia.

Adicionalmente, qualquer Opção a ser outorgada (ou exercida) a qualquer outro Beneficiário que não um diretor estatutário não estará limitado à remuneração global dos administradores aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, e o Conselho de Administração estará livre para outorgar Opções aos demais Beneficiários que não sejam diretores estatutários, nos termos das políticas internas da Companhia para seus empregados e colaboradores que não sejam diretores estatutários.

Nenhuma disposição dos Planos ou dos Contratos de Outorga conferirá direitos a qualquer Beneficiário relativos à garantia de permanência até o término do seu mandato como administrador ou executivo da Companhia, ou interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia em destituí-lo(a) do cargo, nem assegurará o direito a sua reeleição para o cargo ou garantirá sua relação empregatícia com a Companhia. Nada que esteja previsto nos Planos ou nos Contratos de Outorga deve ou deverá interferir no direito de a Companhia, sujeito às condições legais e àquelas da nomeação ou do contrato de trabalho ou do contrato de prestação de serviços, conforme o caso, rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Beneficiário.

b. data de aprovação e órgão responsável

Em 31 de março de 2015, o Conselho de Administração aprovou ambos os Planos, que vigorarão por tempo indeterminado, podendo ser extinto a qualquer tempo por decisão do Conselho de Administração.

c. número máximo de ações abrangidas

Não aplicável para ambos os Planos.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável para ambos os Planos.

e. condições de aquisição de ações

A outorga das Opções reguladas pelos Planos consistem na outorga de prêmios financeiros lastreados em cotações de ações ordinárias de emissão da Companhia aos diretores estatutários e diretores não estatutários, além de outros executivos-chave, eleitos pelo Conselho de Administração, da EcoRodovias e de suas sociedades controladas direta ou indiretamente com base em critérios relacionados às suas funções, suas importâncias e essencialidades para a Companhia, na avaliação de suas performances em conjunto com as performances da Companhia, na necessidade de retenção, no potencial de colaboração e envolvimento em projetos estratégicos, cujo exercício se dará por um prazo de até 6 (seis) anos contados da celebração do Contrato de Outorga.

A outorga das Opções é uma prerrogativa do Conselho de Administração da Companhia.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Incentivo de Longo Prazo – *Phantom Stock Options*

O valor que cada Beneficiário receberá em razão do exercício de Opções será definido conforme fórmula abaixo ("**Valor Final PSO**"):

Valor Final = (Preço de Exercício - Preço de Outorga) x Opções Exercidas

Onde:

(i) o "**Preço de Exercício**" significa o valor da cotação de 01 (uma) Ação apurada no fechamento do pregão da B3 na data de assinatura de cada Notificação de Exercício;

(ii) o "**Preço de Outorga**" significa o valor médio das cotações de 01 (uma) Ação nos pregões da B3 nos 2 (dois) meses consecutivos imediatamente anteriores ao mês de envio da Oferta de Outorga das Opções que estão sendo exercidas; e

(iii) "**Opções Exercidas**" significa o número de Opções Exercidas pelo Beneficiário por meio da Notificação de Exercício, conforme confirmado na Comunicação de Confirmação.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – *Phantom Restricted Stock*

O valor que cada Beneficiário receberá em razão do exercício de Opções será definido conforme fórmula abaixo ("**Valor Final PRS**"):

Valor Final = Preço de Exercício x Opções Exercidas

Onde:

(i) o “**Preço de Exercício**” significa o valor da cotação de 01 (uma) Ação apurada no fechamento do pregão da B3 na data de assinatura de cada Notificação de Exercício; e

(ii) “**Opções Exercidas**” significa o número de Opções Exercidas pelo Beneficiário por meio da Notificação de Exercício, conforme confirmado na Comunicação de Confirmação.

g. critérios para fixação de prazo de exercício

Plano de Incentivo de Longo Prazo – *Phantom Stock Options*

As opções outorgadas conforme os termos do Plano de Incentivo PSO podem ser exercidas pelos beneficiários, respeitados os seguintes Prazos de Carência: (i) até 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas após 01 (um) ano contado da celebração do Contrato de Outorga; (ii) mais 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e até 50% das opções poderão ser exercidas após 02 (dois) anos contados da celebração do Contrato de Outorga; (iii) mais 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e até 75% das opções poderão ser exercidas após 03 (três) anos contados da celebração do Contrato de Outorga; e (iv) os 25% restantes das opções tornar-se-ão disponíveis e até 100% das opções poderá ser exercido pelo beneficiário após 04 (quatro) anos contados da celebração do Contrato de Outorga.

O Beneficiário poderá exercer, ao final do quarto ano, as opções disponíveis, ou, se assim o desejar, poderá postergar este exercício para o momento que julgar mais adequado, desde que, no entanto, seja respeitado o prazo máximo de 06 (seis) anos a contar da celebração do Contrato de Outorga.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – *Phantom Restricted Stock*

As Opções PRS outorgadas conforme os termos do Plano de Incentivo PRS podem ser exercidas pelos Beneficiários, respeitados os seguintes Prazos de Carência: (i) até 20% das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas após 02 (dois) anos contados da celebração do Contrato de Outorga PRS; (ii) mais 30% das opções tornar-se-ão disponíveis e até 50% das opções poderão ser exercidas após 03 (três) anos contados da celebração do Contrato de Outorga PRS; e (iii) mais 50% das opções tornar-se-ão disponíveis e até 100% das opções poderão ser exercidas pelo Beneficiário após 04 (quatro) anos contados da celebração do Contrato de Outorga PRS.

O Beneficiário poderá exercer, ao final do quarto ano, as opções disponíveis, ou, se assim o desejar, poderá postergar este exercício para o momento que julgar mais adequado, desde que, no entanto, seja respeitado o prazo máximo de 06 (seis) anos a contar da celebração do Contrato de Outorga PRS.

h. forma de liquidação

Em ambos os Planos, o Beneficiário deverá enviar a Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas uma notificação de exercício, e dentro dos prazos e termos estabelecidos pelos Planos, serão realizados os cálculos referentes às opções a serem exercidas, para posterior crédito do valor a favor do Beneficiário.

i. restrições à transferência das ações

Não aplicável para ambos os Planos.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Ambos os Planos preveem que:

Reestruturação Societária com Extinção da Companhia

Caso a Companhia se sujeite a uma reestruturação societária que resulte em sua extinção, caberá à sociedade sucessora da Companhia, optar por: (i) antecipar os Prazos de Carência, de forma que todas as Opções cujos períodos de carência ainda não tenham sido completados serão antecipadas e todas as Opções poderão ser exercidas em até 30 (trinta) dias contados da deliberação que aprovou a referida reestruturação societária, devendo o ônus do pagamento do Valor Final relacionado a tais Opções ser assumido pela Companhia e/ou por sua sucessora legal, conforme aplicável; ou (ii) instituir um novo plano que mantenha substancialmente as mesmas condições dos Planos, ocasião na qual os Beneficiários serão automaticamente considerados como Beneficiários do novo plano.

Reestruturação Societária com a Sobrevivência da Companhia

Nos casos de fusão, cisão, sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou transformação da Companhia, bem como no caso de incorporação de ações, deverá ser respeitados os direitos dos Beneficiários no âmbito dos Planos e dos Contratos de Outorga.

Dissolução / Liquidação

Caso a Companhia venha a tornar-se sujeita a dissolução/liquidação, os Prazos de Carência serão automaticamente antecipados e os Beneficiários terão 30 (trinta) dias contados da deliberação da dissolução/liquidação para exercerem todas as suas Opções.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

De acordo com o item 8 de ambos os Planos, nas hipóteses de desligamento, com ou sem justa causa, voluntário ou aposentadoria, licença não remunerada por invalidez ou voluntária,

ou falecimento do beneficiário, os direitos a ele conferidos poderão ser extintos ou modificados, conforme abaixo:

Desligamento

Na hipótese de desligamento do Beneficiário por: (i) justa causa nos termos da legislação vigente, todas as Opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus Prazos de Carência na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo Contrato de Outorga, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio e sem direito a indenização ou ressarcimento; e (ii) demissão voluntária ou demissão sem justa causa: (a) as Opções exercíveis e ainda não exercidas na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo Contrato de Outorga, poderão ser exercidas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de seu desligamento, após o que tais direitos, se não exercidos, ficarão automaticamente extintos de pleno direito, independentemente de aviso prévio e sem direito a indenização ou ressarcimento; e (b) as Opções que ainda não tiverem completado seus Prazos de Carência na data de seu desligamento ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio e sem direito a indenização ou ressarcimento.

Remuneração por Invalidez

Durante uma licença não-remunerada em razão de gozo de benefício previdenciário por invalidez, nos termos da legislação aplicável, os Prazos de Carência ainda não transcorridos ficarão suspensos pelo período da licença legal, e as Opções exercíveis e ainda não exercidas poderão ser exercidas nos termos dos Planos e dos Contratos de Outorga. Caso as autoridades previdenciárias venham a declarar que a invalidez para o trabalho ou que os problemas de saúde são irreversíveis, todas as Opções tornar-se-ão imediatamente exercíveis, podendo ser exercidas pelo Beneficiário ou seus responsáveis legais pelo prazo de até 12 (doze) meses a contar da declaração oficial de invalidez.

Licença Não-Remunerada Voluntária ou Aposentadoria

No caso de uma licença não remunerada voluntária ou aposentadoria do Beneficiário: (a) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Outorga, na data de início de sua licença não remunerada ou aposentadoria, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio e sem direito a indenização ou ressarcimento; e (b) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Outorga, na data de início de sua licença não remunerada ou aposentadoria, poderão ser exercidas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de início de sua licença não remunerada ou aposentadoria, após o que tais Opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio e sem direito à indenização ou ressarcimento.

Falecimento

Diante do falecimento do Beneficiário, todas as Opções tornar-se-ão automaticamente exercíveis, podendo ser exercidas, no todo ou em parte, por seu espólio, seus sucessores, e/ou herdeiros, no prazo de até 12 (doze) meses contados a partir da data de falecimento do Beneficiário. Após 12 (doze) meses contados a partir da data do falecimento, todas as Opções que não tenham sido exercidas ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio e sem direito à indenização ou ressarcimento.

Não obstante o disposto nos itens acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério e sempre que julgar que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, estipular condições específicas adicionais no caso de desligamento de determinados Beneficiários, estabelecendo critérios específicos relacionados à manutenção ou não das Opções, conforme o caso, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário ou situação.

8.5 - Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Na Companhia não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente.

8.6 - Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Na Companhia não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente.

8.7 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não há opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, conforme descrito nos itens 8.5 e 8.6.

8.8 - Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Na Companhia não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente.

8.9 - Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não há remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente.

8.10 - Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não há outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente.

8.11 - Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não há outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente.

8.12 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções:

Não há outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente.

8.13 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024			
	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	Ações	50.000	0,01%
Diretoria Executiva	Ações	1	0,00%
Conselho Fiscal	Ações	0	0,00%
Total	-	50.001	0,01%

8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros ¹	12,00	5
Nº de membros remunerados	10,00	5
Nome do plano	Previdência Privada EcoRodovias (PGBL ou VGBL)	
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	0
Condições para se aposentar antecipadamente	-	Não há
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$ mil)	-	3.078.842
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$ mil)	-	708.265
Possibilidade de resgate antecipado e condições	O segurado poderá, a qualquer momento, respeitando a carência mínima de 60 dias, efetuar resgate de até 100% da conta segurado. Sempre que ocorrer resgate da conta segurado, este perderá o direito aos valores aportados pela Companhia.	

Nota1: Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2025 CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais

8.15 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

	Diretoria Estatutária			Conselho Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	21/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Número total de membros¹	5,00	5,00	3,33	12,00	12,75	11,50	6,00	6,00	6,00
Número de membros remunerados	5,00	5,00	3,33	10,00	9,92	9,50	6,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneração (Reais)	5.984.574,43	7.163.860,42	5.612.009,00 * Nota1 (31/12/2022)	697.685,71	638.178,41	573.332,00 * Nota1 (31/12/2022)	164.824,00	153.186,00	146.496 * Nota1 (31/12/2022)
Valor da menor remuneração (Reais)	1.977.933,51	2.047.563,59	230.410,08	254.080,00	109.515,48	10.245,00	82.417,00	76.593,00	24.416,00
Valor médio da remuneração (Reais) (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	3.253.168,31	3.395.847,49	1.407.084,00	505.852,34	342.134,91	253.412,80	123.620,50	114.889,00	82.404,00

Diretoria Estatutária**31/12/2022**

* Nota 1: O valor da maior remuneração individual Total R\$ 5.743.098,5 (rateio entre Ecorodovias Infraestrutura e Logística/Ecorodovias Concessões e Serviços, lançado R\$ 2.871.549,07 na Ecorodovias Infraestrutura e Logística, e R\$ 2.871.549,07 na Ecorodovias Concessões e Serviços).

Conselho de Administração**31/12//2022**

Nota 1: Conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/2025, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Conselho Fiscal**31/12//2022**

Nota 1: Conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/2025, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

8.16 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

Não há arranjos contratuais até a presente data deste Formulário de Referência, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 - Em relação aos três últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	Previsto para o exercício corrente (2025)
--------------	--

Conselho de Administração	63,55%
Diretoria Estatutária	-
Conselho Fiscal	-

Órgão	2024
--------------	-------------

Conselho de Administração	71,97%
Diretoria Estatutária	-
Conselho Fiscal	-

Órgão	2023
--------------	-------------

Conselho de Administração	59,56%
Diretoria Estatutária	-
Conselho Fiscal	-

Órgão	2022
--------------	-------------

Conselho de Administração	76,97%
Diretoria Estatutária	-
Conselho Fiscal	-

8.18 - Em relação aos três últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, os nossos administradores não receberam remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

8.19 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício Social Previsto 2025				
Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-
Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração (R\$)	-	-	-	-

Nota 1: Conforme previsto no item 8.2, não haverá rateio da remuneração dos administradores entre a Companhia e sua subsidiária Ecorodovias Concessões e Serviços S.A, para exercício previsto para 2025.

Exercício Social 2024				
Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-
Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-

Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração (R\$)	-	-	-	-

Nota 1: Conforme previsto no item 8.2, não haverá rateio da remuneração dos administradores entre a Companhia e sua subsidiária Ecorodovias Concessões e Serviços S.A, para exercício previsto para 2024.

Exercício Social 2023				
Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-
Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração (R\$)	-	-	-	-

Nota 1: Conforme previsto no item 8.2, não houve rateio da remuneração dos administradores entre a Companhia e sua subsidiária Ecorodovias Concessões e Serviços S.A, para exercício de 2023.

Exercício Social 2022				
Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	7	-	7
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração (R\$)	-	6.977.835,19	-	6.977.835,19

Nota 1: O valor acima refere-se ao pagamento de salários, participação nos resultados, bônus, benefícios diretos e indiretos, incentivos de longo prazo. Valor reconhecido na Empresa Ecorodovias Concessões e Serviços em virtude de rateio entre o emissor.

8.20 – Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.